



Qualificação e Valorização dos Profissionais de Educação

Melhorias e Transformações para o Rio

Autores:

Arthur Osborne

Beatriz Osório

Guilherme Leal

Isabela Lorenzatto

João Felipe Cosme

Mariana Oliveira

Esse estudo é parte do **ThinkTank – Caminhos para o Rio**, projeto conduzido por alunos de graduação em Administração da PUC-Rio. Como parte da sua formação em empreendedorismo, os estudantes se organizam em grupos de pensadores que, sob a orientação de docentes, desenvolvem estudos sobre problemas e tendências relevantes para o Rio de Janeiro.

Sumário

Introdução

1. Contextualização do Problema

- 1.1 Apresentação dos macroproblemas
- 1.2 Mapeamento do setor econômico
- 1.3 Políticas públicas relacionadas à transformação
- 1.4 Forças econômicas direcionadoras e incertezas críticas

2. Análise do Contexto

- 2.1 Contextualização a partir dos ODS
- 2.2 Contextualização a partir do World Economic Forum (WEF)

3. Mapeamento das oportunidades no contexto do Rio de Janeiro

- 3.1 Oportunidades de soluções relacionadas a políticas públicas
- 3.2 Oportunidades de soluções relacionadas a novos negócios
- 3.3 Análise de tendências tecnológicas para possíveis soluções
- 3.4 Mapeamentos de startups que ofertam soluções

4. Exploração de campo dos macroproblemas mapeados

- 4.1. Mapa de Stakeholders
- 4.2. Mapa de Empatia
- 4.3 Árvore de Problemas

5. Agenda de Oportunidades

- 5.1 Caminho 1 para o Rio
- 5.2 Caminho 2 para o Rio
- 5.3 Caminho 3 para o Rio

Introdução

Ao analisarmos o contexto histórico da educação no Rio de Janeiro, voltamos à 1835, quando a Lei número 10 foi implementada, lei essa que determinava a criação da primeira escola normal brasileira na Província do Rio de Janeiro - instituição voltada para formação de pessoas para o magistério. Desde então, o currículo era voltado para a moral cristã, limitando o preparo didático dos professores.¹ Após séculos de conquistas esporádicas e grandes nomes que lutaram pela democratização do acesso à educação, como Anísio Teixeira, educador e um dos personagens centrais na criação de escolas públicas no Brasil², nos encontramos no contexto atual, onde profissionais da educação ainda são desvalorizados, afirmação essa verdadeira ao verificarmos que somente em 2008, através da Lei número 11.738/2008, o piso salarial dos professores da educação básica foi criado³.

Visto isso, neste trabalho iremos apresentar um estudo de oportunidade sobre a relação que a falta de qualificação e investimento de profissionais da educação têm com a dificuldade de acesso de um grupo específico de pessoas com deficiência nas escolas públicas e privadas no Rio de Janeiro e como isso gera diversas consequências para os alunos com deficiência, alunos sem deficiência, professores e o administrativo da instituição. Ao entendermos que somente após a assinatura da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular tornou-se maiormente discutida no Brasil e a problemática da falta de preparo de profissionais para lidar com essas pessoas foi notada.⁴

Logo, vale ressaltar o contexto geral desse grupo social, pois quando olhamos atentamente para as dificuldades que pessoas com deficiência enfrentam no dia a dia, percebemos que há certas barreiras para uma integração melhor com o ambiente e com as pessoas. Uma vez que a falta de acessibilidade é vista pelos próprios cariocas como um problema sério no estado do Rio⁵ e a falta de oportunidades no mercado de trabalho no Rio de Janeiro, como informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no fim de 2022, apenas 22%

¹ TANURI, LM. História da formação de professores. Rio de Janeiro.

² Saiba quem foi Anísio Teixeira e conheça seu legado. Inep. Rio de Janeiro, 11 agosto 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/saiba-quem-foi-anisio-teixeira> Acesso em: 21 março 2024.

³ MENEZES, D. Piso salarial do professor. Portal MEC. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial-do-professor#:~:text=Piso%20%80%94%20O%20piso%20nacional%20dos,pela%20Lei%20n%C2%BA%2011.738%2F2008> Acesso em: 21 março 2024.

⁴ MACHADO, Aline; BORGES, Henrique; SILVA, João. Educação Inclusiva no Brasil. Fucamp, 2019. Acesso em: 21 março 2024.

⁵ PESQUISA: CARIOCA CONSIDERA O RIO UMA CIDADE DE ACESSIBILIDADE RUIM PARA DEFICIENTES. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro 15 setembro 2011. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/09/15/pesquisa-carioca-considera-o-rio-uma-cidade-de-acessibilidade-ruim-para-deficientes/> Acesso em: 21 março 2024.

de cariocas com deficiência estavam no mercado de trabalho⁶, quando olhamos para a integração dessas pessoas nos ambientes educacionais, como escolas e universidades, não vemos melhores condições. Ao notarmos que, segundo o levantamento feito pelo Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro, o número de mediadores não é suficiente para suprir a demanda de alunos com deficiência. Essas problemáticas advêm dos primórdios da humanidade, onde pessoas com deficiência eram assassinadas logo ao nascer e as que conseguiam crescer, eram abandonadas pela sociedade romana⁷.

⁶ HAIDAR, Diego; SOARES, Lucas. RJ tem a terceira menor taxa de ocupação entre as pessoas com deficiência, aponta IBGE. G1. Rio de Janeiro 07 julho 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/07/rj-tem-a-terceira-menor-taxa-de-ocupacao-entre-as-pessoas-com-deficiencia-aponta-ibge.ghtml> Acesso em: 21 março 2024.

⁷ A Educação Especial na História: dos primórdios até a Idade Média, Unirio, página 3.

1. Contextualização do Problema

Neste capítulo, temos como objetivo contextualizar a falta de qualificação dos profissionais de educação no Rio de Janeiro. O estado atual da educação brasileira não é das melhores, pois, comparado a outros países, como Finlândia⁸, vemos a importância dada a esta pauta. Isso ocorre por conta da falta de investimento voltado para a área da educação. Nessa esteira, “Professores brasileiros também tem o piso salarial mais baixo entre 40 países da Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁹”, ficando claro o atraso do Brasil em relação a tal pauta tão importante, que, como consequência, atrai menos profissionais interessados em ingressar neste setor. Assim, o setor educacional possui um alto nível de desgaste nos professores, que, por muitas vezes, têm carga horária muito extensa. Em uma reportagem escrita por Irene Gomes, dados apontam que “Apenas 25,6% das pessoas com deficiência tinham concluído pelo menos o Ensino Médio, enquanto 57,3% das pessoas sem deficiência tinham esse nível de instrução.¹⁰” Isso se dá muito por conta do déficit presente na rede de educação. Ademais, dados disponibilizados pelo Projeto Colabora mostram que “de 2012 a 2022, 14.105 profissionais desistiram da carreira na rede estadual do Rio de Janeiro. O atual déficit de professores é de 13.630 docentes, conforme o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público do Rio de Janeiro. Ao longo da reportagem, expuseram a pesquisa realizada pela ONG Conectando Saberes que apontaram que as principais questões relacionadas a desistência de seguir no ramo da educação são: baixos salários (77%), questões psicológicas (75%) e professores que desistem por serem alocados em disciplinas que não estudaram para dar aula (70%). O coordenador da pesquisa, Cristiano Ferraz, comentou: “A carreira não é atrativa. Principalmente pela questão salarial e também pela questão do plano de carreira. E adicionou que, na maioria dos casos, os professores só vêm a receber o valor do teto salarial de sua profissão para o final de suas carreiras, 15 a 20 anos trabalhando para receber seu piso salarial.¹¹” Demonstrando uma dor presente no sistema de educação de nosso país, um tema que buscaremos solucionar ao decorrer deste projeto.

⁸ BASTOS, Remo; O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. Universidade Federal do Ceará, 2017. Acesso em: 21 março 2024.

⁹ Valorização dos profissionais da Educação vai além da remuneração. Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/especiais/eleicoes-2022/reportagens/valorizacao-dos-profissionais-da-educacao-vai-alem-da-remuneracao/> pág. (1) Acesso em: 21 março 2024.

¹⁰ GOMES, I. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. Agência Notícias IBGE. Rio de Janeiro, 07 julho 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda> Acesso em: 21 março 2024.

¹¹ MAIA, B. Ausência de políticas públicas contribui para professores desistirem da profissão. Projeto Colabora. Rio de Janeiro, 29 dezembro 2023. Disponível em: <https://projetcollabora.com.br/ods4/ausencia-de-politicas-publicas-contribui-para-professores-desistirem-da-profissao/?amp=1> Acesso em: 21 março 2024.

1.1 Apresentação dos macroproblemas

A baixa qualificação e valorização dos profissionais de educação no Rio de Janeiro é um constante desafio a ser enfrentado, tendo em vista que eles são uma peça imprescindível na boa formação dos estudantes. Para além disso, um objeto de importante discussão nos últimos anos é, justamente, a falta de qualificação desses profissionais especializados em lidar com alunos com deficiência, que acabam por tornar a educação pouco, ou quase nada, inclusiva. A partir disso, se torna importante ressaltar três macroproblemas relacionados a essa temática, sendo eles: o déficit na formação de profissionais da educação, a falta de investimentos em um plano de carreira para esses profissionais e o déficit de professores com formação para lidar com alunos com deficiência.

Déficit na formação de profissionais de educação

Segundo pesquisa feita pelo Semesp, até 2040, o Brasil poderá ter carência de 235 mil professores de educação básica. Esse mesmo estudo apontou que, nos últimos 10 anos, o percentual de estudantes que concluíram os cursos de licenciatura aumentou apenas 4,3%, e que o número de professores em início de carreira decaiu 42,4%.¹² Esses dados demonstram que a carreira de profissional de educação vem sofrendo um enorme declínio, devido a um grande desinteresse por parte dos jovens em ingressar nessa profissão.

De acordo com um levantamento feito pela parlamentar Luciana Boiteux, nos últimos 10 anos, houve um déficit de 6.120 profissionais de educação na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro.¹³ Isso já demonstra um déficit na formação desses profissionais no município, visto que está se tornando cada vez mais frequente a quantidade de turmas que não tem professores para lecionar. Um dos diversos exemplos disso foi o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERI), que, em 2023, deixou seis turmas do ensino fundamental ficarem sem aula por falta de professores, afetando quase 200 crianças.¹⁴ Essas questões demonstram que a pouca formação de profissionais de educação vem afetando muito a educação básica do Rio de Janeiro, o que compromete o aprendizado de milhares de jovens

¹² MELLO, D. Em 2040 Brasil poderá ter carência de 235 mil professores, diz estudo. Agência Brasil, 29 setembro 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2022-09/em-2040-brasil-podera-ter-carencia-de-235-mil-professores-diz-estudo> Acesso em: 21 março 2024.

¹³ AGÊNCIA BRASIL. Rede municipal de ensino do RJ registra déficit de professores. Escolas exponenciais, 28 fevereiro 2023. Disponível em: <https://escolasexponenciais.com.br/exnews/rede-municipal-de-ensino-no-rj-registra-deficit-de-professores/#:~:text=Nos%20últimos%2010%20anos%2C%20o,um%20déficit%20de%206.120%20profissionais> Acesso em: 24 março 2024

¹⁴ NETO, Dejair; MONTEIRO, Jefferson. Sem professores, Instituto de Educação do RJ suspende aulas para seis turmas por tempo indeterminado. G1, 02 março 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/05/02/sem-professores-instituto-de-educacao-do-rj-suspende-aulas-para-seis-turmas-por-tempo-indeterminado.ghtml> Acesso em: 24 março 2024.

e crianças. Por isso, é necessário que haja um maior incentivo à formação desses profissionais, de forma a aumentar o número de docentes e, conseqüentemente, fornecer uma educação básica digna a todos os alunos, respeitando e cumprindo seus direitos de acesso à educação.

Falta de investimentos em um plano de carreira dos profissionais de educação

Um sério problema a ser enfrentado no Rio de Janeiro é a baixa atratividade no que diz respeito à carreira de um profissional de educação. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2022, ao menos 58% dos alunos de cursos de licenciatura, destinados à formação docente, abandonaram a universidade antes mesmo de receber o diploma. Segundo Afonso Celso Teixeira, secretário-geral do Sindicato de Professores do Município do Rio de Janeiro, os principais problemas que geram essas desistências são os baixos salários, a rotina exaustiva e a sobrecarga desses profissionais, que não são valorizados como deveriam. Isso faz com que os profissionais já formados contêm os dias para sua aposentadoria e que os jovens desistam da carreira antes mesmo de começar.¹⁵

Além disso, o Rio de Janeiro teve apenas um Plano Estadual de Educação (PEE) até hoje, sendo, também, o único estado do país que não aprovou o novo plano para o período de 2014/2024. Outro fato importante a se destacar é que, no ano de 2023, o Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro apresentou uma relação conturbada com o governo do Estado, chegando a ficar 50 dias de greve, reivindicando o reajuste de seus salários. Isso tudo demonstra a falta de compromisso do governo estadual em buscar melhorias no que diz respeito ao setor educacional, o que acaba desestimulando, cada vez mais, novos indivíduos a buscarem seguir a carreira de docentes, justamente por não enxergarem um incentivo e uma boa perspectiva de carreira.¹⁶

Portanto, é perceptível que o descaso do governo em investir em planos de melhorias para a contratação, remuneração, perspectiva de carreira e condições de trabalho desses profissionais de educação faz com que essa carreira se torne cada vez menos atrativa e, conseqüentemente, menos procurada pelos jovens, se tornando um problema estrutural e que precisa ser resolvido. Por isso, é de suma importância que o governo estadual busque se comprometer em dar maior atenção e fornecer maiores investimentos a essa problemática,

¹⁵ SERAFINI, Mariana. Apagão de professores. Carta Capital, 25 janeiro 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/apagao-de-professores/> Acesso em: 24 março 2024.

¹⁶ MAIA, B. Ausência de políticas públicas contribui para professores desistirem da profissão. Projeto Colabora. Rio de Janeiro, 29 dezembro 2023. Disponível em: <https://projetcollabora.com.br/ods4/ausencia-de-politicas-publicas-contribui-para-professores-desistirem-da-profissao/?amp=1> Acesso em: 21 março 2024.

visando aumentar a atratividade dessa carreira e fornecer condições de trabalho dignas a esses profissionais, que hoje em dia são muito desvalorizados.

Déficit de professores com formação para lidar com alunos com deficiência

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação (MEC) apontou que, no Brasil, cerca de 94% dos professores regentes não têm formação continuada sobre Educação Especial, sendo esta uma modalidade da Educação Básica que apresenta uma perspectiva mais inclusiva. No Rio de Janeiro, dos 158.852 professores regentes, apenas 3,4% deles apresentam uma formação continuada em Educação Especial. Isso demonstra um enorme déficit na quantidade de professores capacitados para lidar com alunos PCD, o que acaba por prejudicar o acesso desses alunos à Educação Básica, justamente por serem pessoas que necessitam de uma atenção especial e uma abordagem mais inclusiva, mas, devido a esse déficit, acabam não tendo acesso a esse direito.¹⁷

A falta de profissionais especializados em lidar com alunos com deficiência tem como consequência a necessidade de alocar esses alunos em turmas com professores despreparados, o que, além de atrapalhar no aprendizado do aluno, ainda gera diversas situações desagradáveis, como bullying, utilização de termos capacitistas e dificuldade de interação. De acordo com Indicadores Educacionais do MEC/Inep, em 2022, 84,1% dos alunos da Educação Especial na cidade do Rio de Janeiro estavam matriculados em classes comuns, tudo isso devido ao déficit de professores qualificados, visto que, segundo um levantamento do Sepe-RJ, existe uma média de 18,6 alunos com necessidades especiais para cada 1 profissional formado em Educação Especial, gerando uma sobrecarga de trabalho para eles e uma baixa qualidade de atendimento especializado aos alunos.¹⁸

¹⁷ ARAUJO, Beatriz; ANDRADE, Maria Clara. 94% dos professores não têm formação para lidar com alunos com deficiência. Terra, 21 setembro 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/educar-para-incluir/94-dos-professores-nao-tem-formacao-para-lidar-com-alunos-com-deficiencia,5d4213e256ec2b1bd3204e649b0f49a9sqswjtji.html> Acesso em: 24 março 2024.

¹⁸ LICHOTTI, Alice. Falta de profissionais prejudica educação inclusiva nas escolas no Rio de Janeiro. Medium, 3 Agosto 2023. Disponível em: <https://medium.com/@alicelichotti/falta-de-profissionais-prejudica-educacao-inclusiva-nas-escolas-do-rio-de-janeiro-95d0a3e4388a> Acesso em: 24 março 2024.

Tendo isso em mente, é possível concluir que esse é um problema grave que vem atingindo a cidade do Rio de Janeiro. Em 2016, foi criada uma Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que diz que recusar a matrícula de alunos PCD é crime punível com reclusão de 1 a 4 anos. Porém, de nada adianta essa lei se não houver uma atenção à como esses alunos serão integrados e amparados por professores capacitados a lidarem com isso, de forma a não prejudicar a aprendizagem deles. Dito isso, cabe ao governo estadual buscar maneiras de capacitar o maior número possível de profissionais de educação para terem uma formação continuada sobre Educação Especial, pois, dessa forma, haverá maior amparo aos alunos portadores de necessidades especiais, o que beneficiará sua aprendizagem e convivência nas instituições de ensino, tornando-a mais inclusiva.

Na pesquisa quantitativa realizada pelos autores ao longo desse estudo de oportunidade, foi proposto explorar a perspectiva dos profissionais de educação sobre o ensino de alunos em escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro, com um foco especial nos alunos com deficiência (PCD). Assim, buscamos capturar as experiências e percepções dos educadores que atuam na linha de frente do processo educativo. Suas vozes são essenciais para desvendar as motivações de cada professor para lidar com alunos PCD.

Das 81 respostas coletadas em nossa pesquisa, 35% dos profissionais de educação avaliaram o apoio que recebem de suas instituições de ensino como "ruim" ou "muito ruim", e ao considerar a opção "nem bom nem ruim", esse número sobe para 65%. Entre aqueles que classificaram o apoio como insatisfatório, 76% trabalham em escolas públicas e 24% em escolas particulares. Além disso, 52% dos respondentes discordam ou discordam totalmente que se sentem capacitados para lecionar para alunos com deficiência (PCD), e 45% afirmaram que procuram recursos externos para melhorar suas habilidades com pouca frequência. Sendo assim, 69% dos professores ativos se sentem motivados a trabalhar com esses alunos.¹⁹

1.2 Mapeamento do setor econômico

A concepção do setor econômico no município do Rio de Janeiro em relação à diminuição de profissionais na educação é alarmante devido às diversas consequências para a educação pública da cidade. “Nos últimos 10 anos, o número de professores na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, caiu de 42.536 em 2013 para 36.416 em 2023, representando redução de

¹⁹ Pesquisa dos autores conduzida ao longo do projeto

6.120 profissionais. Na área de apoio à educação, houve uma queda de 16.712 em 2014 para 12.186 este ano. São 4.018 profissionais a menos.”²⁰

Os baixos salários e a falta de estímulo na remuneração, também gera o descontentamento e incentiva cada vez mais essa escassez no corpo docente da cidade do Rio. “Apesar de o governo federal ter aumentado o piso salarial dos profissionais da rede pública de educação básica para R\$ 2.886,24 em janeiro de 2020, os 1.899 professores adjuntos de educação infantil (PAEIs) da Prefeitura do Rio não receberam o reajuste e continuam com vencimento básico inferior, de RS 2.655, 95.”²¹ Com a falta de formação e qualificação de professores na rede municipal, os alunos da rede pública são os mais afetados, tendo como consequência, a contribuição a evasão escolar desses estudantes. “Quarenta e sete milhões de estudantes estão matriculados na educação básica, que vai da creche à educação para jovens e adultos. Em relação a 2022, o número de matrículas em escolas particulares aumentou quase 5%. A rede pública perdeu 500 mil alunos. Segundo o Inep, estudantes migraram para a rede pública durante a pandemia e agora voltaram à rede privada.”²²

Além disso, o segundo macroproblema apontado, voltado para educação municipal do Rio de Janeiro, é a falta de plano de carreira dos profissionais da educação. “O plano de carreira docente é uma forma de organização de um cargo, ocupado por meio de concurso público, em que a passagem de uma posição para outra depende de critérios estabelecidos por lei. Essa mudança implica um aumento salarial e de responsabilidades.”²³

Na imagem abaixo, é mostrado um plano de carreira voltado para os professores do município do Rio de Janeiro:

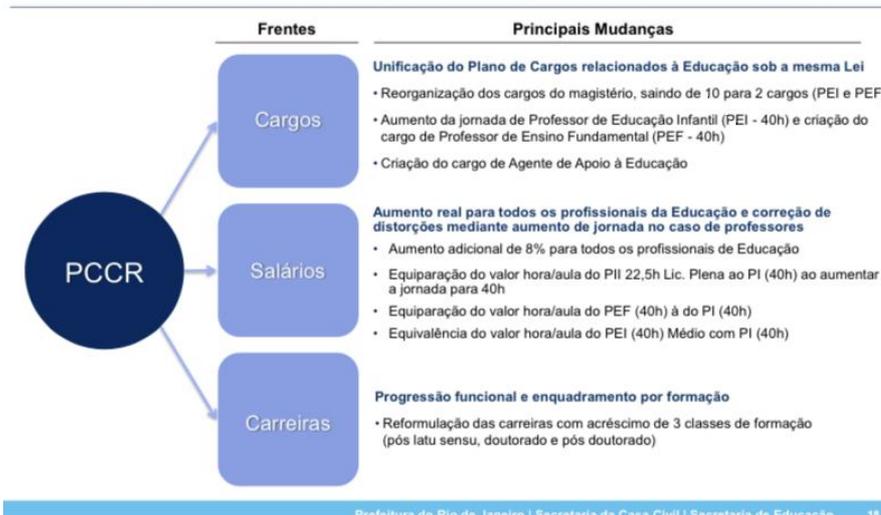
²⁰ FERREIRA, Francisco. Rede municipal de ensino registra déficit de 6 mil professores. Agência Brasil, 27 fevereiro 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-02/rede-municipal-de-ensino-do-rio-registra-deficit-de-6-mil-professores> Acesso em: 24 março 2024.

²¹ MUNIZ, Camila. Professores da rede municipal do Rio ganham salário abaixo do piso nacional e reivindicam reajuste. Extra, 05 setembro 2021. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/professores-da-rede-municipal-do-rio-ganham-salario-abaixo-do-piso-nacional-reivindicam-reajuste-rv1-1-25182786.html> Acesso em: 24 março 2024.

²² Jornal Nacional. Censo Escolar registra aumento na evasão escolar do ensino médio. G1, 22 fevereiro 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/02/22/censo-escolar-registra-aumento-na-evasao-escolar-do-ensino-medio.ghtml> Acesso em: 24 março 2024.

²³ BALDISSERA, Olívia. Como progredir na carreira docente na educação básica. Blog do EAD, 28 novembro 2023. Disponível em: <https://www.blogdoead.com.br/tag/carreira/carreira-docente#:~:text=O%20plano%20de%20carreira%20docente%20é%20uma%20forma%20de%20organização,aumento%20salarial%20e%20de%20responsabilidades> Acesso em: 24 março 2024.

O Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) foi construído alinhado à jornada de transformação da Educação e marca uma nova fase



Esquema 1: O plano de Cargos, Carreiras e remuneração,
Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro²⁴

Atualmente, há projetos e leis sendo desenvolvidas para a melhora de planos de carreiras de professores e investimentos na educação do município do Rio de Janeiro, visto que, recebendo o maior investimento do Executivo, a Secretaria Municipal de Educação deverá ser contemplada com R\$ 9,4 bilhões — quase 1 bilhão a mais que em 2023.²⁵

Por último, a perspectiva do setor econômico do Rio de Janeiro em relação à falta de qualificação e investimento na formação de professores aptos a lidarem com alunos com deficiência é um tema de grande relevância para o desenvolvimento educacional e acadêmico da cidade. A falta de preparo adequado dos professores para lidar com as necessidades específicas desses alunos pode resultar em uma lacuna significativa no mercado de trabalho, prejudicando tanto os próprios estudantes quanto a economia local. Pesquisa realizada com professores brasileiros pela Nova Escola, destacou que 44% deles possuem conhecimento sobre Educação Inclusiva, e 53% revelaram que não possuem formação acerca do tema, porém, a maioria revelou que, mesmo sem a capacitação para ajudar os alunos PCD, eles já

²⁴ Prefeitura do Rio de Janeiro, 17 setembro 2013. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/126674/4108733/EducacaoRio_vf.pdf Acesso em: 24 março 2024.

²⁵ SANTOS, Beth. Agora é lei: prefeitura do Rio sanciona Lei Orçamentária de 2024. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 04 janeiro 2024. Disponível em: <https://www.camara.rio/comunicacao/noticias/1958-agora-e-lei-prefeitura-do-rio-sanciona-lei-orcamentaria-de-2024> Acesso em: 24 março 2024.

tiveram que acompanhar alunos com deficiência, demonstrando uma falta de zelo pela parcela deficiente da nossa população.²⁶

Por outro lado, o Governo espera lançar um plano para em 4 anos expandir a educação inclusiva, investindo R\$ 3 bilhões. “O Ministério da Educação (MEC) lançará um plano de afirmação e fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em breve. Ao Terra, fontes que participam da articulação da iniciativa adiantaram que o governo pretende investir R\$ 3 bilhões para universalizar as matrículas de todos os estudantes em classes comuns, garantir recursos de acessibilidade e formação de professores.” Porém, nem tudo que é prometido acontece, por isso é importante aguardar e analisar a forma que o Governo vai agir em relação a essas pautas de investimentos.²⁷

Filipe Gaelzer, analista, realizou uma pesquisa quantitativa que ouviu 763 professores e 48 diretores de escolas públicas estaduais na cidade de São Paulo. Os números mostram que quase todas as escolas (94%) possuem ao menos um aluno com deficiência. Mas, há grande diversidade de deficiências, distúrbios e transtornos, e 72% das escolas pesquisadas atendem quatro ou mais condições. As mais comuns são deficiência intelectual, presente em 88% das escolas, e física, em 63%.”

O gráfico abaixo mostra as deficiências que mais estão presentes nas escolas públicas em São Paulo. Entre elas a mais presente é a deficiência Intelectual, que representa deficiências como Síndrome de Down, Síndrome do X frágil etc. Além disso, deficiências como visuais, físicas, múltiplas, auditiva e autismo estão presentes entre as mais ocorridas nas escolas.

²⁶ Jornalismo Diário PcD. Diário PCD, 18 maio 2022. Disponível em: <https://diariopcd.com.br/2022/05/18/apenas-22-dos-educadores-se-sentem-preparados-para-atender-estudantes-com-deficiencia/> Acesso em: 24 março 2024.

²⁷ ARAUJO, Beatriz; ANDRADE, Maria Clara. Governo vai lançar plano para expandir educação inclusiva com investimento de R\$ 3 Bl. Terra, 11 setembro 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/governo-vai-lancar-plano-para-expandir-educacao-inclusiva-com-investimento-de-r-3-bi,402cd02c3025f05915c36ccf297c894cmhc71s6g.html> Acesso em: 24 março 2024.

As deficiências mais presentes nas escolas

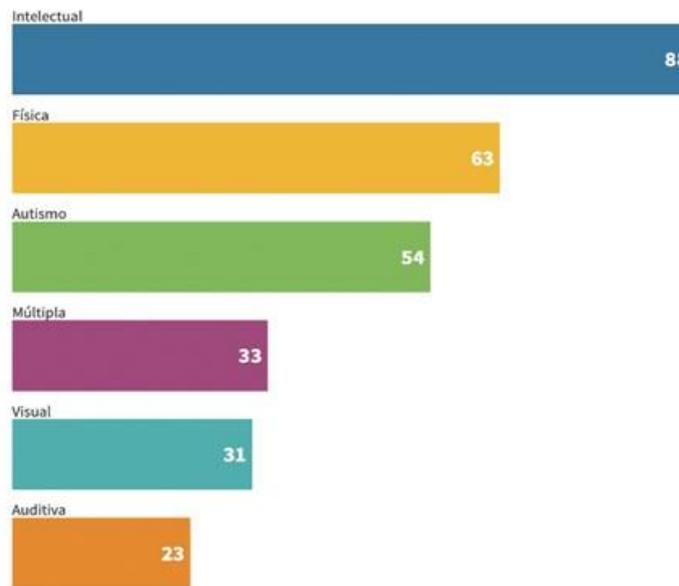


Gráfico 1: Deficiências mais presentes nas escolas

Fonte: CAETANO (2019)²⁸

Porém, há um estigma presente com os distúrbios de aprendizagem e, geralmente, pessoas que os possuem são negligenciadas. No gráfico abaixo são representados a porcentagem dos distúrbios e transtornos mais presentes nas escolas públicas de São Paulo. TDA, TDAH e distúrbios de aprendizado são os que possuem números maiores presentes nas escolas. E Discalculia e Disgrafia, são as menos presentes. Assim, é importante dimensionarmos tais deficiências para que entendamos o impacto de ações de inclusão para essas pessoas.

²⁸ Caetano, R. (2019). *Falta de capacitação prejudica alunos com deficiência em SP*. Revista Exame. Disponível em: <https://exame.com/esg/falta-de-capacitacao-prejudica-alunos-com-deficiencia-em-sp-diz-pesquisa/> Acesso em: 24 março 2024.

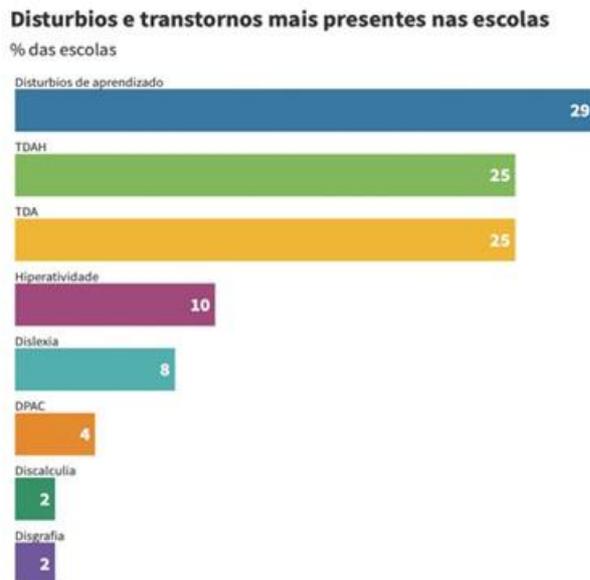


Gráfico 2: Distúrbios e transtornos mais presentes nas escolas
Fonte: CAETANO (2019)

Para além disso, o gráfico abaixo representa a porcentagem da presença de alunos com deficiência nas escolas públicas de São Paulo. Assim, 21% das escolas possuem 5 alunos com deficiência.



Gráfico 3: Presença de Alunos com deficiência nas escolas.
Fonte: CAETANO (2019)

Vale ressaltar que esses dados, mesmo com o foco em São Paulo, dimensionam a problemática do Rio de Janeiro, uma vez que se a maior cidade do Brasil possui esses números alarmantes, o Rio encontra-se ainda mais em desvantagem. Como dito anteriormente, 94% das escolas estaduais em São Paulo possuem ao menos 1 aluno com algum tipo de deficiência. Tal cenário ocasiona a falta de infraestrutura e capacitação dos

profissionais de educação para lidarem com essas pessoas. Destacamos que, menos de um quarto das escolas possuem salas equipadas para lidar com educação inclusiva, afetando o processo de aprendizagem dos deficientes visuais e auditivos - dois grupos que estão entre as deficiências mais presentes nas escolas brasileiras. Por outro lado, os diretores dessas escolas acreditam que a educação inclusiva é uma pauta importante, porém apenas um a cada quatro diretores acreditam que tal tema está presente nos projetos pedagógicos das escolas em que trabalham. Tal contexto frisa que uma pauta importante como essa não está sendo trabalhada, prejudicando a convivência com diferenças e minando trocas que poderiam mudar o imaginário social, tornando um assunto amplamente discutido e alvo de melhorias.²⁹

1.3 Políticas públicas relacionadas à transformação

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que está em vigor desde 2016, estabelece diretrizes para a inclusão de pessoas com deficiência em diferentes aspectos da vida, incluindo educação. Ela prevê, por exemplo, o direito à educação inclusiva em escolas regulares. Apesar da Lei apresentar-se como uma iniciativa positiva para facilitar a inclusão de alunos PCD no contexto educacional do Rio de Janeiro, isto implica de forma negativa e indireta no desenvolvimento destes alunos, quando levamos em consideração que estas mesmas instituições não estão preparadas e não oferecem o suporte necessário para estes indivíduos, inclusive quando se trata do corpo docente, no qual os professores, muitas vezes, não possuem formação específica para atuar como profissionais nesta posição.³⁰

No entanto, há projetos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Formação Continuada de Professores que facilitam a solução dessa problemática ao garantir o suporte necessário para estes casos. Desse modo, estabelecem diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino, garantindo o acesso, a participação e a aprendizagem desses alunos, promovendo uma educação inclusiva e de qualidade. Assim, os Programas de Formação Continuada deveriam ser reforçados e incentivados pela Prefeitura, para voltar a formação dos professores a inclusão de alunos com

²⁹ CAETANO, Rodrigo. Falta de capacitação prejudica alunos com deficiência em SP, diz pesquisa. Exame, 10 de janeiro 2021. Disponível em: <https://exame.com/esg/falta-de-capacitacao-prejudica-alunos-com-deficiencia-em-sp-diz-pesquisa/> Acesso em: 11 de abril 2024.

³⁰ BRASIL, 2015. LEI Nº 13.146. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em: 24 março 2024.

deficiência, visando capacitar os professores para lidar com as necessidades específicas desses alunos, adaptando práticas pedagógicas de ensino.

Além disso, é necessário dar força e realizar investimentos em programas que incentivam a melhora deste macroproblema. Um exemplo relevante desta iniciativa seria o "Programa Rio Inlui", desenvolvido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que visa promover a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência, englobando várias iniciativas, como ações na área da educação com foco na capacitação de professores e a promoção de práticas inclusivas nas escolas municipais. Sendo assim, essas são algumas das políticas existentes com o propósito de inclusão de alunos com deficiência e a formação de professores para lidar com esta questão no município do Rio de Janeiro. Logo, tais políticas visam garantir o direito à educação inclusiva e promover uma sociedade mais igualitária e acessível para todos.³¹

1.4 Forças econômicas direcionadoras e incertezas críticas

A qualificação e valorização dos profissionais de educação pode ser impactada de diferentes maneiras e por diferentes forças internas e externas a esta questão. As três principais forças que afetam os macroproblemas anteriormente destacados são as políticas, tecnológicas e demográficas.

A falta de um plano de carreira dos profissionais de educação está extremamente ligada à falta de políticas públicas voltadas para a construção de uma trajetória que valorize esses profissionais. A Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) - "valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE." - está longe de ser realizada, uma vez que a remuneração varia em cada região para professores com a mesma formação, o que demonstra um descaso e uma desvalorização desses profissionais.³² Além disso, há uma diferença salarial entre profissionais com a mesma formação inseridos em instituições privadas e públicas, onde os profissionais de redes privadas são melhor remunerados.

³¹ Rio Inlui. Associação cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.rioinlui.org.br/#:~:text=A%20RIOinlui%20é%20uma%20associação,cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro> Acesso em: 24 março 2024.

³² G1. Ao menos 10 estados pagam acima do novo piso nacional dos professores; confira os valores. Globo, 24 janeiro 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/01/24/novo-piso-nacional-dos-professores-confira-os-valores-pagos-por-estados-e-capitais.ghtml> Acesso em 24 março 2024.

Outro ponto importante é a questão da falta de infraestrutura das escolas públicas, que afeta diretamente o uso da tecnologia. Ao notarmos que há formatos de aprendizado atuais voltados para o uso da tecnologia, não relacionamos uma presença forte nessa dinâmica em escolas públicas, uma vez que há falta de recursos, principalmente a conectividade. Essa problemática é tão latente que foi necessária uma parceria do Ministério das Comunicações (MCom) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a criação de um projeto de inclusão digital nas escolas públicas.³³

Assim, espera-se que os profissionais tirem proveito disso para, além de melhorarem suas dinâmicas de aprendizado para os alunos, focarem em uma progressão de carreira ao usarem dessa facilidade digital para conseguirem usufruir do seu tempo de estudo nos seus locais de trabalho, direito adquirido na aprovação do Projeto de Lei (PL) número 1.258, em 1990 (Dutra Vieira, Jussara; 2015). Além disso, no que diz respeito ao déficit de professores capacitados a lidarem com alunos PCD, a tecnologia pode se mostrar uma forte aliada nesse processo, visto que pode oferecer diversos cursos a distância e possibilita um maior número de formação desses profissionais. Um exemplo disso é a Fundação Cecierj, que abriu inscrições gratuitas para 800 vagas do curso de Educação Especial e Inclusiva, realizado na modalidade a distância.³⁴

Agora, com relação a questões demográficas, o envelhecimento da população docente é algo bastante preocupante, pois pode acabar levando à falta de profissionais qualificados no futuro. Isso porque, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Semesp, entre 2009 e 2021, a quantidade de professores em início de carreira, com até 24 anos, caiu de 116 mil para 67 mil, ao mesmo tempo que o percentual de docentes com 50 anos ou mais cresceu 109%.³⁵ Isso demonstra que a tendência é uma diminuição da quantidade de professores jovens se formando e um aumento no número de professores próximos à aposentadoria, o que implicará na falta de docentes qualificados para lecionar. Além disso, outro dado que causa preocupação no município do Rio de Janeiro é o crescente número de estudantes com necessidades especiais, frente ao déficit de professores com formação em Educação Especial. De acordo com dados do Censo Escolar, de 2014 a 2018, o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país, além de um

³³ UNICEF. Ministério das Comunicações e UNICEF se unem pela conectividade das escolas públicas. UNICEF, 10 abril 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ministerio-das-comunicacoes-e-unicef-se-unem-pela-conectividade-das-escolas> Acesso em: 24 março 2024.

³⁴ PR-4. Fundação Cecierj abre inscrições para 800 vagas do curso de Educação Especial e Inclusiva. Pró Reitoria de Pessoal, 22 fevereiro 2024. Disponível em: <https://pessoal.ufrj.br/2024/02/fundacao-cecierj-abre-inscricoes-para-800-vagas-do-curso-de-educacao-especial-e-inclusiva/> Acesso em: 24 março 2024.

³⁵ MELLO, D. Em 2040 Brasil poderá ter carência de 235 mil professores, diz estudo. Agência Brasil, 29 setembro 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2022-09/em-2040-brasil-podera-ter-carencia-de-235-mil-professores-diz-estudo> Acesso em: 21 março 2024.

aumento de 87,1% para 92,1% do percentual daquele que estão incluídos em classes comuns, devido à falta de profissionais qualificados.³⁶

No que diz respeito ao Rio de Janeiro, de acordo com a repórter Bianca Gomes, em 2022, as redes municipais e estaduais tiveram o maior número de alunos com deficiência em quase dez anos: 20,4 mil e 13,7 mil, respectivamente.³⁷ Isso revela que o número de alunos com necessidades especiais vem aumentando e, conseqüentemente, necessitando de um maior número de profissionais com formação em Educação Especial, sendo um grande problema devido ao déficit desses profissionais, mas, ao mesmo tempo, podendo ser uma forma de atrair mais docentes a se especializarem nesse tipo de educação inclusiva.

³⁶ TOKARNIA, Maria. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais. Agencia Brasil, 31 janeiro 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais> Acesso em 24 março 2024.

³⁷ GOMES, Bianca. Redes de ensino não conseguem acompanhar aumento de alunos com deficiência em sala; SP e RJ têm recordes de matrículas. Extra, 30 março 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/brasil/noticia/2023/03/redes-de-ensino-nao-conseguem-acompanhar-aumento-de-alunos-com-deficiencia-em-salas-sp-e-rj-tem-recordes-de-matriculas-1.ghtml> Acesso em: 24 março 2024

2. Análise do Contexto

Neste capítulo, será apresentada uma contextualização da falta de qualificação dos profissionais de educação do Rio de Janeiro e como isso afeta o desenvolvimento estudantil de pessoas com deficiência com o intuito de apresentar oportunidades sobre a temática. Para isso, relacionamos o andamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que mais se relacionam à discussão e utilizamos informações do Fórum Econômico Mundial para entendermos as possibilidades de abordagem e seus encaminhamentos.

2.1 Contextualização a partir dos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 metas globais, estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que podem ser divididas em dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais. Elas buscam superar os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo, promovendo o crescimento sustentável global até 2030 e buscando tornar o mundo um lugar melhor e mais igualitário para viver. Dentre elas, buscam erradicar a pobreza, trazer paz para o mundo, assim como igualdade de gênero, proteger o meio ambiente e muito mais. Nesse contexto, identificamos dois objetivos que se relacionam com o nosso trabalho, sendo eles: ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), que são os que mais se conectam com pautas como déficit na formação de profissionais da educação, falta de investimentos em um plano de carreira dos profissionais de educação e déficit de professores com formação para lidar com alunos com deficiência, sendo esses os macroproblemas apresentados anteriormente em nosso trabalho.

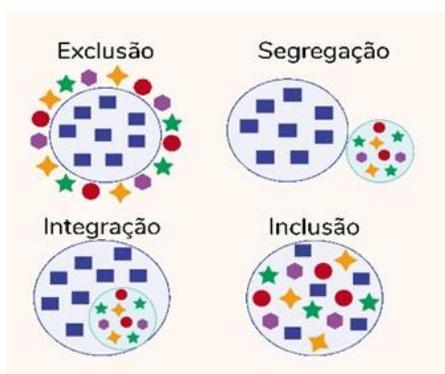


Figura 1: ODS. Nações Unidas Brasil.

Fonte: ODS. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 7 abril 2024.

O ODS 4, Educação de Qualidade, está diretamente relacionado aos nossos macroproblemas, tendo como objetivo tornar o acesso à educação completamente inclusivo e de alta qualidade, além de buscar promover oportunidades de aprendizagem para todos ao longo de suas vidas. Assim, um objetivo secundário, o 4.a, relacionado a essa ODS, é: “Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos”³⁸. Com o cumprimento desse objetivo, seria possível a criação de um ambiente escolar que estivesse preparado para lidar com as deficiências, com os distúrbios e transtornos mais presentes nas escolas de acordo com os gráficos apresentados no tópico 1.2. Ademais, esse cumprimento impede que o mesmo erro de segregação, com escolas especiais, que retornou com força no Rio de Janeiro com o Decreto 10.502, em 30 de setembro de 2020, seja aceito, pois impede a plena implementação da democratização ao acesso à educação através da inclusão legítima e não mascarada.³⁹

A imagem abaixo mostra a representação de inclusões mascaradas e a inclusão legítima, modelo defendido pela Martins (2020), que criou um modelo que explica os diferentes tipos de escolas inclusivas. Consideramos que o modelo de inclusão seria possível ser atingido através dessa ODS.



Esquema 2: Categorias explicativas da escola inclusiva

Fonte: Martins (2020)⁴⁰ Disponível em: <https://design2020.webflow.io/artigos/acessibilidade-como-ponte-de-empatia-para-o-diverso> Acesso em: 7 de abril de 2024.

³⁸ Nações Unidas Brasil. ODS, Educação de Qualidade. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4> Acesso em: 7 de abril de 2024.

³⁹ SOUZA, Luceli de Fátima Oliveira. A escola inclusiva: O atendimento à diversidade como critério para a aprendizagem dos alunos da rede pública estadual de Goiânia, julho 2023. Disponível em: <http://65.108.49.104/handle/123456789/745> Acesso em: 07 de abril 2024.

⁴⁰ Martins, L.G (2020). *Acessibilidade como ponte de empatia para diverso*. Design.

Além disso, vale ressaltar outro tópico desse objetivo, o 4.b: “Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento”⁴¹, diretamente relacionado ao macroproblema apresentado anteriormente que retrata a falta de investimento em plano de carreira para profissionais da educação, um problema que deve continuar sendo combatido mesmo que o prazo estipulado, 2020, não tenha sido fortemente aderido. Com isso, entendemos que, principalmente com a maior adesão de programas de formação profissional, esses alunos de licenciatura e os professores formados verão maior futuro e novos caminhos na profissão para que a desistência seja convertida pela maior motivação. Essa desistência pode ser percebida através do resultado de um estudo que media as razões das altas taxas de evasão dos cursos de Pedagogia em uma Instituição Federal no Rio de Janeiro, sendo as principais: modelos tradicionais, conservadores e desatualizados, docentes não comprometidos e a falta de preparo para as demandas do mercado atual.⁴²

Com relação ao ODS 8, Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ele busca promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos. Além disso, esse Objetivo de Desenvolvimento Sustentável desdobra algumas metas interessantes e necessárias para uma sociedade mais justa e igualitária, que podem ser diretamente relacionadas aos macroproblemas apontados anteriormente, principalmente no que diz respeito ao tópico 8.6, que trata sobre “Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação”.⁴³ Isso porque, buscando um maior investimento do governo do Rio de Janeiro em planos de carreira para os profissionais de educação e buscando uma melhor capacitação e desenvolvimento desses profissionais, aumenta-se a qualidade do ensino e, conseqüentemente, poderá resultar em melhores oportunidades de emprego e crescimento econômico sustentável.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apenas 51% dos estudantes que ingressam em faculdades de pedagogia e licenciatura

⁴¹ Nações Unidas Brasil. ODS, Educação de Qualidade. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4> Acesso em: 7 de abril de 2024.

⁴² MOREIRA, Laélia; GUEDES, Elizabeth. Desafios da permanência de cotistas em instituições públicas brasileiras: uma meta-análise de dados baseada em teses de área da Educação (pág 7). Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/21310> Acesso em: 7 abril 2024.

⁴³ Nações Unidas Brasil. ODS, Trabalho decente e crescimento econômico. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8> Acesso em: 7 de abril de 2024.

concluem o curso. Desses, apenas 27% têm interesse em atuar na sala de aula.⁴⁴ Isso acaba por prejudicar a educação dos jovens e distancia-se do alcance das metas do ODS 8, visto que, professores mais qualificados e motivados podem oferecer uma educação de melhor qualidade, preparando os alunos para ingressarem no mercado de trabalho e contribuir de forma mais eficaz para a economia. Além disso, investir em planos de carreira sólidos para profissionais da educação também pode ajudar a reduzir a desigualdade, promovendo o acesso igualitário à educação e ao emprego decente, o que está alinhado com os principais objetivos do ODS 8.

Tendo isso em mente, é possível concluir que é de extrema importância que o Estado se preocupe em fornecer planos de carreira e condições de trabalho agradáveis para os profissionais de educação, visando, dessa forma, aumentar a motivação e qualificação desses professores e, conseqüentemente, chegar mais perto de alcançar as metas do ODS 8.

2.2 Contextualização a partir do World Economic Forum (WEF)

O World Economic Forum desempenha um papel crucial na promoção de discussões sobre questões econômicas, políticas e sociais globais. É crucial voltar a atenção para a necessidade de reformas na formação e oportunidades dos profissionais de educação na cidade do Rio de Janeiro, e, logo mais, no Brasil. A seguir estão abordagens importantes para lidar com os desafios atuais e futuros da educação.

A ferramenta utilizada para mapear este setor é a Strategic Intelligence, disponível no site do World Economic Forum (WEF), na qual, são disponibilizadas oportunidades para os usuários explorarem tendências globais por meio dos mapas de transformação, ligando os macroproblemas às ODS. Além disso, podendo mapear tais conexões visualmente, e, criando novas conclusões para diversas problemáticas que estão interligadas. A seguir estão alguns mapas de transformação que abordam questões de imensa relevância quando tratando-se do macroproblema em pauta.

⁴⁴ CURY, Augusto. Como o plano de carreira pode promover a motivação dos professores? Escola da Inteligência Educação Socioemocional, 15 de abril 2019. Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/blog/como-o-plano-de-carreira-pode-promover-a-motivacao-dos-professores/> Acesso em: 07 de abril 2024.

Os mapas indicam os fundamentos primordiais que englobam um sistema educacional de qualidade, e as temáticas que englobam socialmente essa demanda da população e dos sistemas globais acadêmicos.

Alguns exemplos dessa interligação entre a temática da Educação com as demais, seriam: "*Social Protection*", na qual há a necessidade de órgãos governamentais e educacionais assumirem a responsabilidade sobre a proteção e inclusão de alunos PCDs nas escolas, "*Inequality*" que abordaria questão do acesso exclusivo a educação quando fazemos referência a parte da população que não possui condições acadêmicas favoráveis, e, "*Future of Work*" que seria o fator primordial após o macroproblema educacional; a inserção no mercado de trabalho.⁴⁵

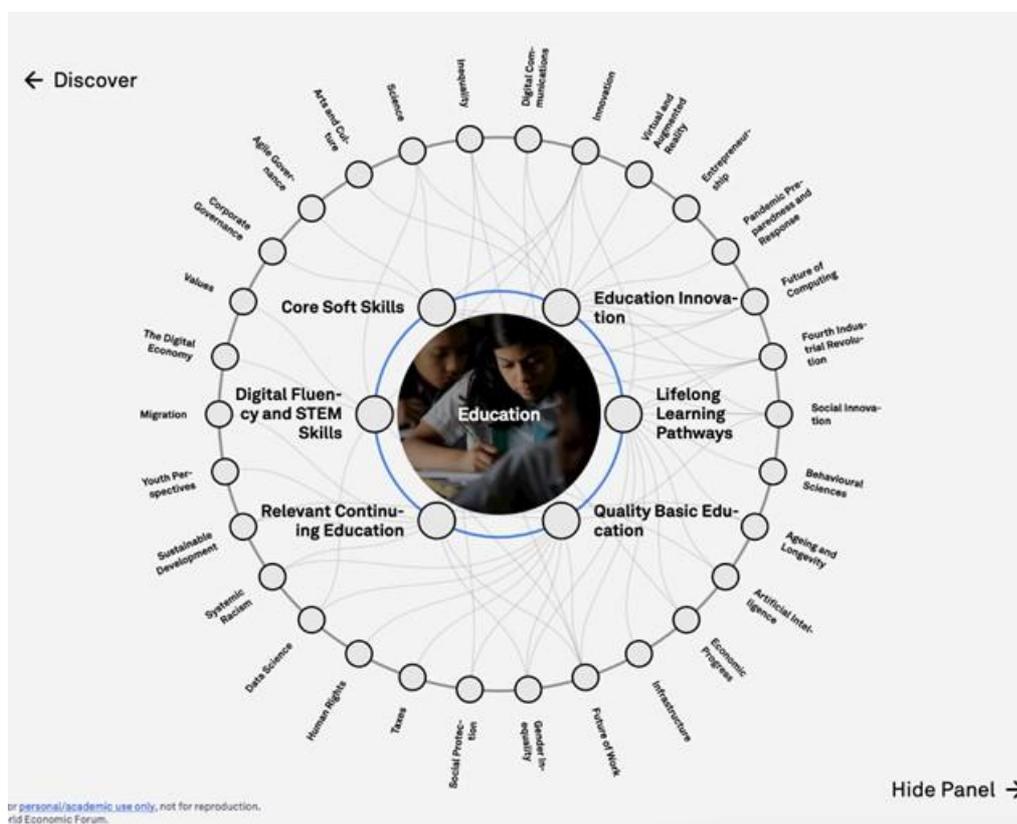


Figura 3: WEF. *Transformation Maps – Education*. Disponível em: <https://intelligence.weforum.org/topics/a1Gb000000LPfEAO>
Acesso em: 14 de abril 2024.

⁴⁵ World Economic Forum. Disponível em: <https://es.weforum.org/publications/> Acesso em: 13 de abril 2024.

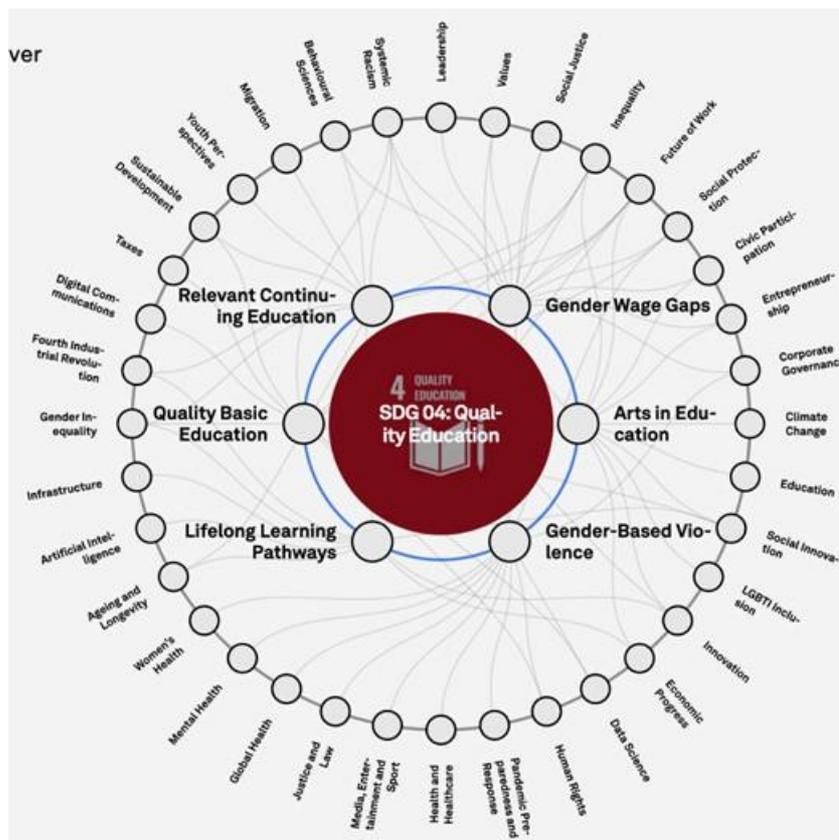


Figura 4: WEF. *Transformation Maps – Quality Education*. Disponível em: <https://intelligence.weforum.org/topics/a1G0X0000057N00UAE> Acesso em: 14 de abril 2024.

Educação Latina X Educação Anglo-saxônica

Além da perspectiva advinda dos mapas de transformação, é interessante quando comparamos a educação básica da América Latina e da América Anglo-Saxônica, nas quais o Relatório Global de Competitividade do Fórum Econômico Mundial (FEM) revela disparidades marcantes entre a educação.

Em testes internacionais como PISA e TIMSS, alunos latino-americanos apresentam resultados inferiores. Infraestrutura precária, carência de materiais, formação docente inadequada, desigualdade social e alta taxa de repetência são alguns dos fatores que contribuem para essa discrepância.

Os países anglo-saxões investem mais em educação, impactando positivamente na qualidade do ensino. Já na América Latina, a menor verba destinada à educação afeta negativamente o sistema educacional como um todo.

Em relação a remuneração e incentivos à carreira docente na América Latina são inferiores aos da América Anglo-Saxônica, desmotivando profissionais e levando à evasão de talentos.

Enquanto os países anglo-saxões focam em habilidades como pensamento crítico e resolução de problemas, a América Latina ainda preza pela memorização e ensino conteudista. Na América Anglo-Saxônica, a inovação educacional é impulsionada por investimentos em novas tecnologias e metodologias de ensino, enquanto na América Latina esse processo é lento, com grande potencial a ser explorado.⁴⁶

Combater as desigualdades educacionais é crucial para o desenvolvimento da América Latina. Aumento do investimento em educação, valorização da carreira docente e modernização dos currículos são passos essenciais para alcançar melhores resultados educacionais na região.⁴⁷

⁴⁶ DARVILLE, Paula; GUADALUPE, César; GWATKIN, Kathryn; LOZANO, Paula; PALAFOX, Juan Carlos. Panorama Educativo de Las Americas. OREALC, 2002. Disponível em: https://www.oas.org/udse/cd_educacion/cd/prie/Present.pdf Acesso em: 13 de abril 2024.

⁴⁷ SILVA, Rony Rei do Nascimento; MESQUITA, Ilka Miglio; NERY, Ana Clara Bortoleto. Homens que ensinaram a América ler: A educação no Brasil e México (1974-1956). Scielo, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/JYPPkb39cVrbBX7jCnHfqLg/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 13 de abril 2024.

3. Mapeamento das oportunidades no contexto do Rio de Janeiro

O objetivo deste capítulo é apresentar oportunidades de soluções para os macroproblemas apresentados ao longo do trabalho que sejam relacionadas às políticas públicas e novos negócios. Assim, apresentaremos duas oportunidades para cada modelo de solução com o intuito de elucidar caminhos necessários para a resolução das problemáticas apontadas anteriormente.

3.1 Oportunidades de soluções relacionadas a políticas públicas

3.1.1. Lei para promoção de profissionais capacitados a lidarem com alunos PCD.

A primeira oportunidade identificada, relacionada à política pública, tem a ver com a lei 14.817/24, sancionada pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lei estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública, em que determina a elaboração de planos de carreira que estimulem o desempenho e o desenvolvimento profissional em benefício da qualidade da educação escolar, uma formação continuada para a permanente atualização dos profissionais e condições de trabalho que favoreçam o sucesso do processo educativo.⁴⁸

Tendo isso em mente, identificamos como uma boa oportunidade a elaboração de uma lei que vise reconhecer e recompensar os profissionais de educação que se especializarem e se capacitarem em lidar com alunos PCD, oferecendo oportunidades de promoções com aumento salarial ou progressão na carreira, estimulando essa especialização profissional sob o ponto de vista financeiro e aumentando suas motivações. Para tal, o governo poderia oferecer também bolsas de estudo para cursos de especialização em educação inclusiva, ministrados por profissionais especializados, e poderia prever a criação de grupos de apoio, orientação pedagógica e suporte emocional para os profissionais lidarem com desafios específicos encontrados no ambiente escolar inclusivo, buscando, justamente, aumentar o incentivo e facilitar o acesso à capacitação desses profissionais em educação inclusiva.

Dessa forma, com o incentivo financeiro e todo o suporte e orientação por especialistas oferecido pelo governo, os profissionais de educação se sentirão incentivados e motivados a irem atrás de se capacitar em educação inclusiva, o que geraria, no ponto de vista do município do Rio de Janeiro, uma melhora na educação básica, visto que teria uma maior

⁴⁸ SPADA, Bruno. Sancionada lei que cria diretrizes para valorização dos profissionais da educação básica pública. Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1032446-sancionada-lei-que-cria-diretrizes-para-valorizacao-dos-profissionais-da-educacao-basica-publica/> Acesso em: 28 de abril de 2024.

quantidade de profissionais aptos a lidarem com alunos PCD, oferecendo uma educação de qualidade para esses alunos, não tendo que alocá-los em salas de aulas despreparadas e não sobrecarregando professores, além de proporcionarem um ambiente de aprendizado mais acolhedor e eficaz para esses alunos, podendo melhorar seu desempenho acadêmico e sua integração social. Além disso, ao reconhecer e valorizar os professores que se dedicam a essa área, a prefeitura pode atrair e reter profissionais qualificados, fortalecendo o sistema educacional como um todo e melhorando imagem do município, por demonstrarem estar comprometidos com a qualidade da educação básica e inclusiva para todos os seus cidadãos.

3.1.2. Lei para a incentivar o maior número de formandos PCD nas escolas públicas.

A segunda oportunidade identificada, relacionada às políticas públicas, tem muita conexão com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes, incluindo aqueles com deficiência. Ele estabelece que as crianças e adolescentes com deficiência têm direito à educação inclusiva e à igualdade de oportunidades no seu processo de aprendizagem.⁴⁹

Tendo isso em mente, identificamos como uma boa oportunidade a elaboração de uma lei que visasse tornar as escolas ambientes de bem-estar social para pessoas com deficiência. Desse modo, seria interessante um Projeto de Lei que tornasse obrigatório um investimento anual para as escolas públicas para a realização de uma feira de profissões com profissionais PCD. Tal feira aconteceria na semana do dia 03 de dezembro (Dia Internacional da Pessoa com Deficiência) com o intuito de motivar os alunos PCD, abrindo caminhos para possíveis profissões que nunca imaginaram ser possível. Além disso, seria importante para os alunos que não possuem deficiência terem esse contato para que possíveis vieses que os fariam colocar muitos limites no potencial de pessoas com deficiência fossem extinguidos. Além disso, seria de grande impacto o convite a ex-alunos PCD para contarem como foi seu processo de aprendizagem na escola e como estão atualmente.

Nesse sentido, é importante entendermos que a identidade de cada pessoa é construída ao longo de sua vida e é fortemente influenciada por um fator: representatividade.⁵⁰ Portanto,

⁴⁹ BRASIL, 1990. LEI Nº 8.069. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 28 de abril de 2024.

⁵⁰ SOUSA, Bárbara. A importância da representatividade para os grupos minoritários: uma revolução na construção de identidades. UFPB, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17617> Acesso em: 28 de abril de 2024.

para um sistema educacional deslumbrado pelo ECA, é necessário que haja projetos como esse para que os PCD se vejam em outras pessoas com as mesmas características e cresçam confiantes e empoderadas, assim, o número de formandos PCD cresceria anualmente.

3.2 Oportunidades de soluções relacionadas a novos negócios

3.2.1. Fornecimento de hubs de conhecimento.

Ao analisar o sistema educacional brasileiro, encontramos a oportunidade de desenvolver e fornecer conteúdo educacional inovador e acessível. Por meio de hubs de conhecimento onde tornaria capaz a capacitação de professores, especialmente focados na inclusão de alunos com deficiência. Para facilitar a realização dos hubs poderíamos utilizar de alguma parceria com empresas da área.

Esses hubs abrangem uma variedade de tópicos, desde métodos de ensino diferenciados até o uso de tecnologia assistiva e adaptações curriculares. Seu objetivo é conectar professores com diferentes níveis de experiência para fomentar discussões sobre essa questão ampla. Além disso, poderíamos utilizar de uma plataforma online para oferecer treinamento flexível e acessível, alcançando um grande número de educadores em todo o estado do Rio de Janeiro.

Com a devida experiência em educação a distância, seríamos capazes de criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e interativo, enriquecido com recursos multimídia e estudos de caso. Investir na capacitação dos professores poderia ter um impacto transformador na vida dos alunos com deficiência, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor.

A falta de especialização dos professores para trabalhar com alunos com deficiência é uma questão complexa que requer abordagens criativas e colaborativas. A parceria proposta com empresas desse setor ofereceria uma oportunidade única para abordar essa lacuna por meio da capacitação dos educadores.

Com o surgimento da pandemia, o ensino remoto expandiu-se rapidamente, e as instituições educacionais tiveram que se adaptar. A partir dessa realidade, identificamos a oportunidade de fornecer cursos online voltados para o ensino de como lidar com alunos PCD. Por serem cursos online, os custos seriam reduzidos, tornando sua realização mais acessível.⁵¹

⁵¹ MOREIRA, J. António; HENRIQUES, Susana; BARROS, Daniela Melaré Vieira. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. Repositório Aberto, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/9756> Acesso em: 28 de abril de 2024.

Propomos utilizar professores especializados para ensinar outros profissionais como lidar com PCD. Tal curso incluiria palestras, aulas, atividades e avaliações para capacitar os professores e desenvolver competências essenciais, como paciência e empatia.

Acreditamos que a disponibilização de um fórum para a troca de experiências seria crucial, proporcionando um ambiente de suporte para os professores que desejam realizar o curso. Esse fórum funcionaria como uma monitoria, com especialistas prontos para auxiliar.

De acordo com o "Modelo de Aprendizagem 70:20:10", 10% do conhecimento é adquirido formalmente, 20% através da troca de experiências e 70% pela prática. Ao criar um curso seguindo esse modelo, estaríamos trabalhando 30% do conhecimento dos profissionais da educação e incentivando a prática nas instituições onde trabalham, cobrindo todo o processo de aprendizagem.⁵²

Buscamos capacitar os professores de forma simples e econômica, aproveitando a tecnologia e a comunidade. Para isso, precisamos de professores interessados e capacitados para ajudar seus colegas que buscam especialização em lidar com PCD. Seria uma troca produtiva, pois os professores seriam capacitados para lecionar aulas mais inclusivas, os alunos com deficiência se sentiriam mais incluídos e perceberiam uma melhora no sistema educacional, e a desigualdade social diminuiria à medida que os PCD se sentiriam mais confortáveis e teriam mais oportunidades de aprendizado adaptado às suas necessidades.

Na pesquisa quantitativa realizada pelos autores ao longo desse estudo de oportunidade, algumas conclusões se tornam relevantes para evidenciar o possível impacto desse Hub de Conhecimento. Dentre os 52 professores de escolas públicas que responderam à pesquisa, 42% se sentem despreparados para ensinar alunos PCD, 65% relataram que suas instituições carecem de uma infraestrutura adequada para acessibilidade, e 42% avaliaram o apoio institucional como ruim ou muito ruim. Contrapondo esses dados, 71% desses professores se sentem confortáveis em adaptar suas práticas de ensino para atender as necessidades dos PCD.

Em comparação, dos 29 professores de escolas particulares, 52% se sentem capacitados para lecionar para alunos PCD, 48% percebem um bom apoio institucional, 45% notam uma boa infraestrutura de acessibilidade, e 90% se sentem confortáveis em adaptar suas práticas. Esses resultados revelam que, embora as escolas particulares apresentem melhores condições de apoio e infraestrutura, os professores de ambas as redes mostram disposição

⁵² MARIOTTI, Humberto; ZAUHY, Cristina. A aprendizagem informal e o conceito 70: 20: 10. Disponível em: <http://moityca.com/pdfs/APRENDIZAGEM%20INFORMAL.pdf> Acesso em: 28 de abril de 2024.

e motivação para promover uma educação inclusiva, evidenciando a possível adoção dessa ferramenta proposta como oportunidade de solução.⁵³

3.2.2. Suporte integral para professores: bem-estar social.

Visando aprimorar a formação de professores especializados em apoio a alunos PCD, órgãos governamentais poderiam organizar-se a fim de oferecer acompanhamento social e psicológico a estes professores. Logo, reconhecendo os desafios emocionais e sociais enfrentados por esses educadores, a iniciativa visa proporcionar um ambiente de apoio e desenvolvimento pessoal, que implicaria diretamente na sinergia plena da troca entre aluno e professor, e como expandir este desenvolvimento aos demais envolvidos. Estes *hubs* de apoio podem ser estruturados como um centro de suporte integral para professores de PCD, oferecendo uma variedade de serviços e recursos para promover o seu bem-estar e capacitação, envolvendo profissionais de diversas áreas como psicologia, medicina etc. Algumas maneiras pelas quais este espaço poderia atender a essa necessidade seria por meio de:

- **Aconselhamento Psicológico:** Professores que enfrentam desafios emocionais relacionados ao ensino de alunos com deficiência podem se beneficiar de sessões individuais de aconselhamento psicológico. Psicólogos especializados em questões educacionais e de inclusão podem oferecer suporte emocional, estratégias de enfrentamento e ferramentas para lidar com o estresse e a sobrecarga emocional.
- **Grupos de Apoio:** Oferecer grupos de apoio regulares, onde os professores podem se reunir para compartilhar experiências, desafios e estratégias de enfrentamento. Esses grupos forneceriam um espaço seguro para expressar preocupações, receber apoio de colegas e trocar conselhos práticos.
- **Formações e Workshops:** Organização de formações e workshops voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores. Isso poderia incluir sessões sobre gestão do estresse, comunicação eficaz, habilidades de empatia, estratégias de ensino inclusivas e autogerenciamento emocional.
- **Recursos Online:** Disponibilização de recursos online, como artigos, vídeos e podcasts, abordando temas relevantes para os professores de PCD. Esses recursos

⁵³ Pesquisa quantitativa realizada pelos autores ao longo do período.

poderiam ser acessados a qualquer momento, proporcionando suporte contínuo e flexível.

- **Parcerias Institucionais:** Estabelecimento de parcerias com instituições educacionais, sindicatos e organizações relacionadas à inclusão para expandir o alcance e os serviços oferecidos. Isso poderia incluir a colaboração com programas de formação de professores, eventos educacionais e iniciativas de ONGs, e, claro, um link com a possível iniciativa do “Descomplica”, anteriormente citada.

Ao abordar as necessidades sociais e emocionais dos professores que trabalham com alunos PCD, essa oportunidade visa promover um ambiente de trabalho mais saudável e sustentável. Ao oferecer apoio integral, capacitação e recursos, contribui para a qualidade do ensino, a satisfação dos professores e, por consequência, o sucesso educacional e emocional dos alunos com deficiência.

3.3 Análise de tendências tecnológicas para possíveis soluções

3.3.1. Realidade Virtual.

Em nossas pesquisas, identificamos que o uso da Realidade Virtual (RV) em âmbitos escolares pode se tornar muito proveitoso tanto para os alunos PCD, quanto aos professores que os ensinam. Podendo fornecer ambientes imersivos e seguros para os alunos com deficiência. Alguns exemplos seriam: criação de ambientes imersivos e inclusivos para alunos com deficiência auditiva por meio do fornecimento de legendas e criação de ambientes envolventes e imersivos para lidar com alunos que sofrem de TDAH, direcionando o foco dos alunos e reduzindo distrações. Além disso, é possível, por meio da RV, personalizar o conteúdo para possíveis peculiaridades e singularidades encontradas em seus alunos, sem contar que aulas com Realidade Virtual acabam sendo mais interessantes e imersivas, engajando e motivando alunos que venham a ter desinteresse em aulas tradicionais.

No ponto de vista dos professores, identificamos que a RV é capaz de desenvolver avaliações mais imersivas e interativas, capacitando os professores a avaliar o comportamento dos alunos em diferentes situações. Além disso, facilitaria a colaboração entre professores, por meio de ambientes virtuais, facilitando o *brainstorming* de ideias dos professores e visando um desenvolvimento de novas estratégias de ensino que venham a melhorar, implementar e complementar o sistema educacional de nosso país, fora os cursos e treinamentos que podem ser fornecidos para os professores via RV. Um exemplo de uso seria transportar a classe para algum ambiente histórico, podendo substituir viagens de campo, muito comum em algumas

escolas do Rio de Janeiro, visando incluir os alunos PCD que teriam dificuldades nesse processo.

Por fim, deve-se tomar cuidado com o uso da Realidade Virtual, devendo ser utilizada em um ambiente treinado e capacitado para tal. Como é uma tecnologia que ainda está em desenvolvimento, a atenção deve ser dobrada. Fora que as instituições de ensino devem ter um bom planejamento de uso, visando a maior maestria possível durante o processo de aprendizagem dos alunos, uma parte crucial em seus desenvolvimentos.⁵⁴

3.3.2. IA como ferramenta de suporte aos profissionais da educação.

A segunda tecnologia identificada é a própria Inteligência Artificial (IA), que é algo que vem ganhando muita força nos últimos tempos e demonstrando ser uma enorme aliada em certos aspectos, podendo representar uma abordagem inovadora e personalizada para capacitar os professores na educação inclusiva de alunos PCD. Por meio de sistemas de tutoria virtual impulsionados por IA, os professores podem acessar um suporte individualizado que atende às suas necessidades específicas. Esses sistemas podem analisar alguns dados, como experiência prévia do professor, desafios enfrentados em sala de aula e preferências de aprendizado, para desenvolver e oferecer recomendações precisas e relevantes, de forma individualizada. Por exemplo, um professor que enfrenta dificuldades em lecionar para alunos com deficiência visual pode receber orientações sobre ferramentas ou métodos de ensino alternativos que se adequem às necessidades de seus alunos.

Além disso, a IA pode desempenhar um papel crucial na identificação e implementação de estratégias de adaptação curricular para alunos PCD, visto que, ao analisar grandes conjuntos de dados educacionais e modelos de aprendizado, os sistemas de IA podem identificar padrões e tendências que ajudarão a criar métodos de ensino mais inclusivos, podendo variar desde a modificação de materiais didáticos até a personalização de avaliações e atividades de aprendizagem, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

Portanto, ao integrar a IA nos hubs de capacitação e suporte para os professores, citados nas oportunidades anteriores, não apenas aumentará a inclusão de alunos PCD e facilitará esse processo de capacitação e ensino, mas também haverá uma melhora na eficácia e qualidade da educação básica no município.

⁵⁴ OLIVEIRA, Fernanda Francielle. Realidade Virtual como tecnologia assistiva para alunos com deficiência intelectual. UFU, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14303/1/f.pdf> Acesso em: 5 de maio de 2024.

3.4 Mapeamentos de startups que ofertam soluções

Em um mundo VUCA o setor de educação não escapa da alta volatilidade em nossa sociedade. A partir disso, surgem startups ao redor do mundo que buscam soluções que igualem as oportunidades para todos no setor da educação. Abaixo estão listadas 4 startups brasileiras que promovem pautas relacionadas à Qualificação e Valorização dos profissionais da educação e a inclusão de alunos com deficiências:

Nome da Startup	Logomarca	Website	Resumo do Negócio	País de Origem
Saber em Rede		https://saberemrede.net	Uma plataforma online que conecta profissionais da educação a oportunidades de desenvolvimento profissional, oferecem uma variedade de workshops, cursos e eventos. Além de fomentar o networking.	Brasil
Geekie		https://www.geekie.com.br	A Geekie é uma plataforma que utiliza da IA para identificar necessidades individuais dos alunos, para então fornecerem ensinamentos personalizados baseados nas particularidades dos indivíduos.	Brasil
Matraquinha		https://www.matraquinha.com.br	É um aplicativo que tem como objetivo fornecer uma comunicação alternativa para auxiliar crianças e adolescentes com autismo a transmitirem desejos, necessidades e emoções.	Brasil
Hand Talk		https://www.handtalk.me/br/	Utilizam da tecnologia para realizar tradução simultânea para a linguagem de Libras, e desenvolveram a tradução para a Linguagem de Sinais Americana. Além de realizar parcerias com empresas, visando uma maior inclusão.	Brasil

4. Exploração de campo dos macroproblemas mapeados

Neste capítulo, serão apresentados os mapas dos stakeholders, mapa de empatia e a árvore de problemas que auxiliam o entendimento do nível de impacto dos macroproblemas para os alunos e alunas PCD do Rio de Janeiro.

4.1. Mapas de Stakeholders

Neste tópico, será trabalhado o mapa de stakeholders de cada macroproblema apresentado anteriormente. Ao entendermos stakeholders como todas as partes interessadas em um projeto ou organização que podem ser afetados diretamente ou indiretamente por suas tomadas de decisões, esclarecemos a importância do mapeamento dos órgãos, entidades ou pessoas que são atingidas de alguma forma quando falamos das problemáticas trabalhadas até aqui. Assim, descreveremos os stakeholders primários, secundários e terciários e como eles estão envolvidos nas temáticas abordadas.

Nessa esteira, iniciamos o estudo dos stakeholders com o macroproblema relacionado ao déficit na formação de profissionais da educação. Os stakeholders primários são professores, estudantes e famílias. Já os secundários são Governo Federal e Estadual, Instituições de Ensino Superior e Sindicatos e Associações Profissionais. Por fim, os terciários seriam as Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas do setor privado.

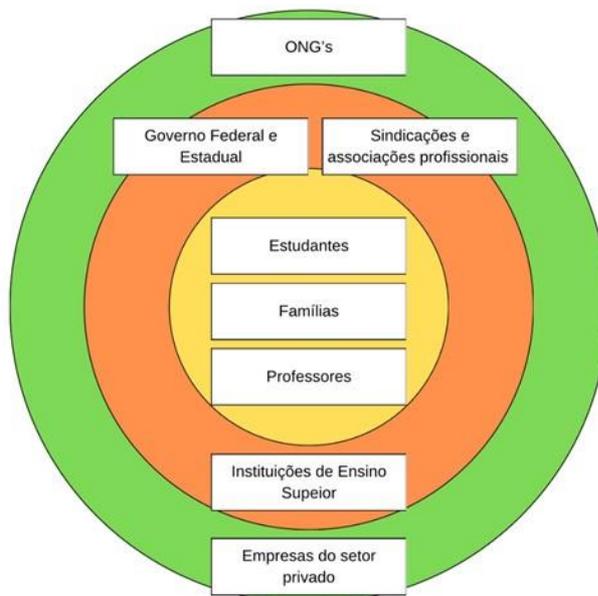


Figura 5: Mapa de Stakeholders.

Fonte: Elaboração própria.

Assim, vale ressaltar a justificativa para cada stakeholder. Os primários são professores, estudantes e famílias, pois esses são os mais afetados com a falta de professores. Os professores por conta do envelhecimento e a falta de novos agentes para substituí-los e por conta do acúmulo de tarefas, pois não há como ter uma delegação justa pela falta desses agentes. Já os estudantes encontram-se em uma situação delicada, pois a falta de professores de determinadas matérias afeta seu processo de aprendizagem e dificultam um bom desempenho nos vestibulares. Além disso, em relação às famílias, é um grupo social bastante afetado, uma vez que se não há professores suficientes, as crianças são liberadas mais cedo das escolas e os responsáveis podem não ter onde deixá-los por estarem no trabalho ou perdem um tempo valioso de descanso das tarefas domésticas, gerando um conflito familiar.

Já os stakeholders secundários seriam o Governo Federal e Estadual, Instituições de Ensino Superior e Sindicatos e Associações Profissionais. Uma vez que esses órgãos são responsáveis pelas formações, estabelecimento de normas e regras e rede de apoio para os profissionais de educação, se há o desinteresse latente entre os jovens em seguir ou finalizar o magistério, eles são prejudicados de uma forma menos direta que os primários. O Governo Federal é afetado, pois se há déficit de professores, não é possível que ele promova uma educação de qualidade, implicando, assim, em uma sociedade menos preparada para o mercado de trabalho. Esse cenário implicaria em uma queda alarmante no desenvolvimento econômico do país. Já o Ensino Superior seria afetado na questão de reputação dos departamentos de pedagogia e licenciaturas, uma vez que seriam cobradas pelo desinteresse e altas taxas de desistência do curso, fazendo com que tivessem que reformular toda sua estrutura. Por fim, os Sindicatos e Associações profissionais podem ser afetadas, pois não conseguiriam promover adequadamente suas pautas de melhoria para a classe de educadores.

Agora, em relação aos stakeholders terciários, eles seriam as Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas e setor privado. As ONGs seriam afetadas de forma indireta, pois a maioria é focada em democratizar o acesso à educação. Portanto, se há menos professores, o número de voluntários decairia e o intuito deles seria afetado, prejudicando sua missão. Em relação às empresas do setor privado, elas seriam afetadas, pois haveria uma lacuna na aprendizagem de seus novos colaboradores pela falta de professores em determinadas matérias, assim, seria mais complicado reter talentos.

Agora, sobre o macroproblema da falta de investimentos em um plano de carreira dos profissionais de educação, é possível destacar como stakeholders primários os professores em atividade e futuros professores, o Governo Estadual e o Sindicato dos Professores. Já

os secundários seriam alunos e famílias e órgãos de fiscalização e controle, enquanto os terciários seriam as mídias e meios de comunicação e empresas e empregadores locais.

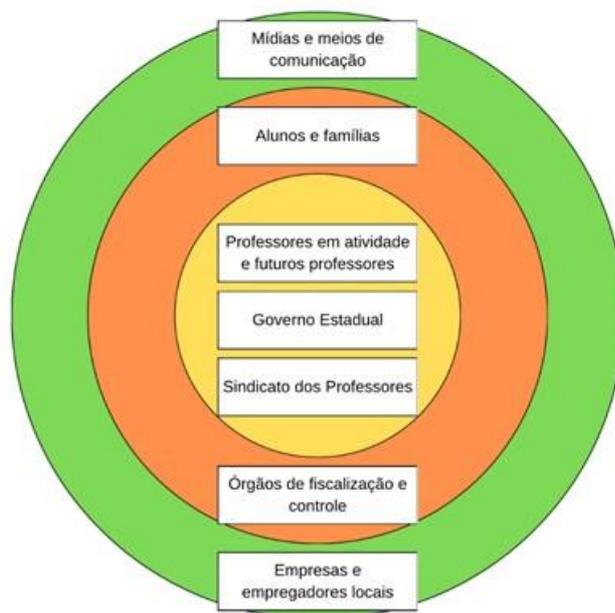


Figura 7: Mapa de Stakeholders.

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos stakeholders primários, os professores em atividade e futuros professores têm um envolvimento alto, pois eles são os principais impactados por esse problema, sendo diretamente afetados pela falta de investimentos em suas carreiras, e podem pressionar por mudanças por meio de mobilizações e protestos. O Governo Estadual também se enquadra como tendo um alto envolvimento, isso porque ele é responsável pela formulação e implementação de políticas educacionais, incluindo salários e planos de carreira para professores, regulamentos e diretrizes que afetam diretamente as condições de trabalho dos profissionais de educação, podendo alocar recursos financeiros para programas de desenvolvimento profissional e benefícios para os professores, além de criar estruturas de carreira que incentivem a permanência e o crescimento na profissão. Por último, o Sindicato dos Professores possui alto envolvimento justamente porque representa os interesses dos professores, consegue negociar melhores condições de trabalho e salários e defende seus direitos trabalhistas, podendo negociar com o governo em nome dos professores, organizar greves, manifestações e outras formas de protesto para pressionar por melhorias nas condições de trabalho e remuneração.

Agora, pensando nos stakeholders secundários, os alunos e famílias sofrem indiretamente com essa falta de investimentos, pois é um problema que impacta na qualidade da educação

que os alunos recebem, podendo prejudicar seus aprendizados e preocupar seus familiares pela baixa qualidade do ensino, por isso, são afetados e podem pressionar o governo por melhorias, porém, apresentam um envolvimento médio porque dependem da atuação dos outros stakeholders, tendo uma capacidade de influência direta reduzida. Já os órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), podem monitorar e cobrar uma maior transparência na aplicação dos recursos públicos destinados à educação, influenciando as políticas governamentais, mas apresentam um envolvimento médio porque podem pressionar por melhorias, mas dependem das ações do governo.

Por último, os terciários são as mídias, justamente porque podem sensibilizar a opinião pública e promover discussões sobre a importância de investir em planos de carreira para os profissionais de educação, desempenhando um papel importante na disseminação de informações e na formação de opinião pública, mas com menor grau de envolvimento porque não apresentam muita influência direta. Já as empresas e empregadores locais têm baixo grau de envolvimento porque podem ter interesse na qualidade da educação, por ela afetar a preparação da força de trabalho futura, e podem se envolver fornecendo recursos financeiros ou oportunidades de desenvolvimento profissional para professores, visando melhorar a qualidade da educação e, conseqüentemente, o perfil dos futuros funcionários, mas não apresentam uma influência direta elevada nessa problemática.

Agora, por fim, é relevante ressaltar no estudo, o macroproblema que engloba o déficit de professores com formação para lidar com alunos PCD.

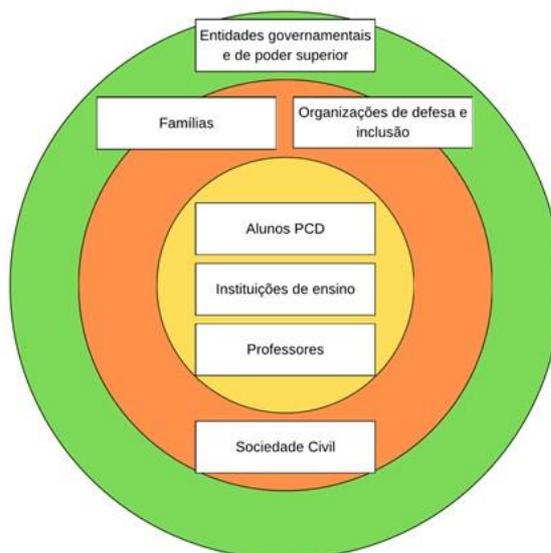


Figura 7: Mapa de stakeholders.

Fonte: Elaboração própria.

Neste caso, as partes primordiais que tornam-se altamente envolvidas agrupam-se entre: os próprios alunos com deficiência, que sofrem diretamente com a falta de professores qualificados, impactando na qualidade da educação e inclusão social. Em seguida, deve-se apontar os professores, que enfrentam dificuldades para atender às necessidades dos alunos com deficiência, o que pode prejudicar o aprendizado e a inclusão. E, por fim, as instituições de ensino das quais ocorre a relação entre alunos e professores, no qual o espaço luta para contratar e reter profissionais com formação devida em Educação Especial.

Destacando-se com envolvimento mediano em relação ao macroproblema, pode-se apontar as famílias, as organizações de defesa e inclusão e a sociedade civil inteiramente, que contribuem para o desenrolar das dinâmicas profissionais e sociais que englobam os alunos PCD. Isto é, suas famílias posicionam-se à mercê das demais entidades, preocupadas com a educação dos filhos com deficiência e buscando alternativas para garantir sua inclusão social. Ao mesmo tempo, as organizações e o restante da sociedade civil lutam pelos direitos das pessoas com deficiência e pela inclusão na educação e defendem a educação de qualidade e a inclusão social.

As entidades governamentais e de poder superior, dentre elas: as empresas relacionadas ao mérito, o Governo Federal e o Governo Estadual, posicionam-se neste estudo como colaboradores de baixo envolvimento. Logo, os mesmos, por exemplo se tratando de empresas, dependem de mão de obra qualificada, mas nem sempre se engajam na inclusão de pessoas com deficiência. Dentre os órgãos governamentais, seu envolvimento define-se pelas iniciativas de políticas públicas para a educação especial, porém nota-se que nem sempre as implementa de forma eficaz, e, políticas públicas para a educação no estado, porém também nem sempre são implementadas ações para incentivar a formação de professores em Educação Especial.

4.2. Mapa de Empatia

Com base nos resultados desse estudo de oportunidade, fica evidente que as escolas do Rio de Janeiro enfrentam diversos desafios para atender às necessidades e expectativas dos alunos com deficiência. O mapa de empatia, centrado no aluno PCD, revela uma significativa insatisfação com a infraestrutura escolar, evidenciando dificuldades de acesso e de uso dos recursos disponíveis. Além disso, percebe-se desmotivação causada por comentários negativos e a falta de acesso a recursos inclusivos necessários para uma experiência educacional satisfatória. Com essas informações em mãos, tanto o governo quanto as escolas podem atuar de maneira mais eficaz para melhorar a qualidade da educação, levando em

conta as necessidades específicas dos alunos com deficiência e buscando formas de tornar o ambiente escolar mais inclusivo e acessível para todos.

Persona: Augustinho Pereira, 13 anos, aluno da oitava série do ensino fundamental de uma escola pública no Rio de Janeiro. A deficiência que possui é Síndrome do X Frágil.

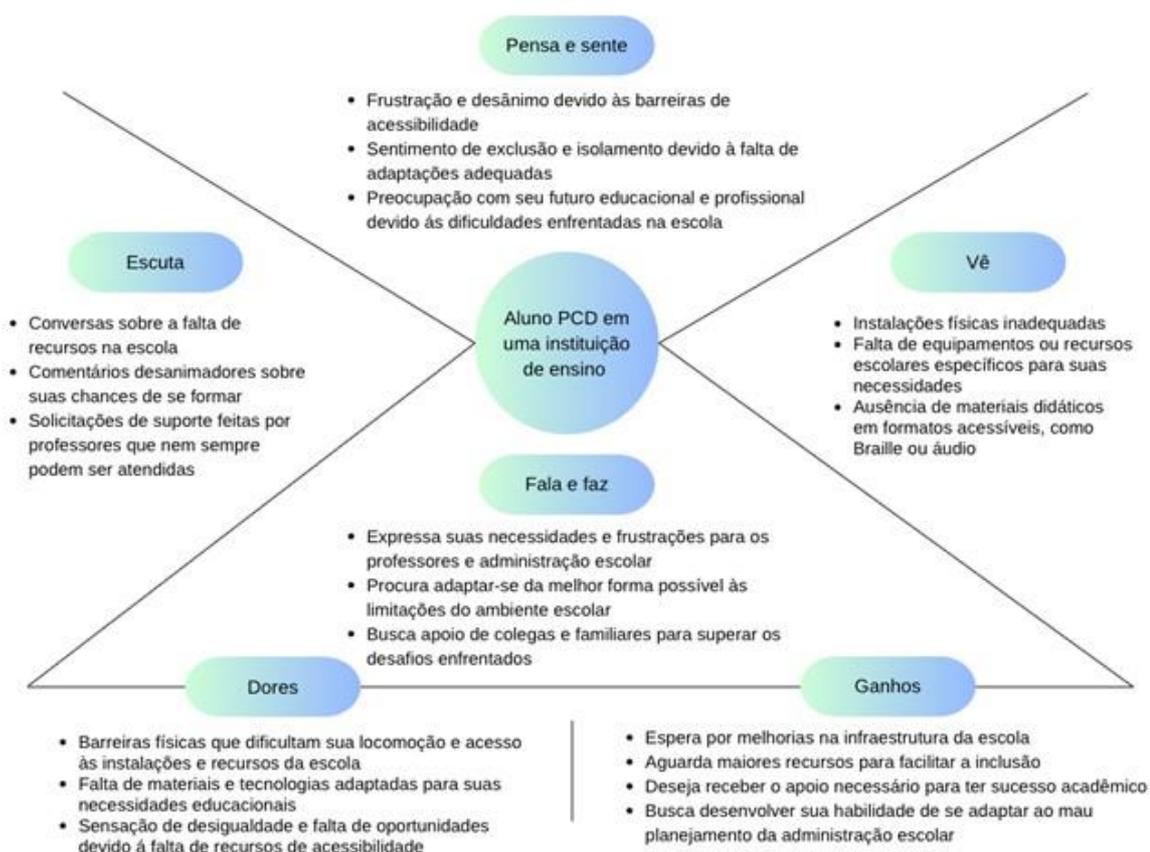


Figura 7: Mapa de Empatia

Fonte: Elaboração própria.

4.3 Árvores de Problemas

Nesse tópico, serão desenvolvidas árvores de problemas considerando todos os assuntos abordados ao longo do presente trabalho. Assim, cada árvore abordará um dos macroproblemas identificados: (1) Déficit na formação de profissionais da educação, (2) Falta de investimento em um plano de carreira para os profissionais da educação, e (3) Déficit de professores com formação para lidar com alunos com deficiência.

Ao iniciarmos nossa análise com o primeiro macroproblema, entendemos que os principais problemas abordados durante o trabalho foram as altas taxas de abandono do curso de licenciatura, acúmulo de atividades para os professores ainda ativos, ocasionando estresse e desgaste emocional, e a baixa qualidade de ensino. Essa última questão se fez bastante presente, uma vez que, segundo um estudo realizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), a falta de professores de determinadas disciplinas, como química e física, é uma realidade no Brasil.⁵⁵

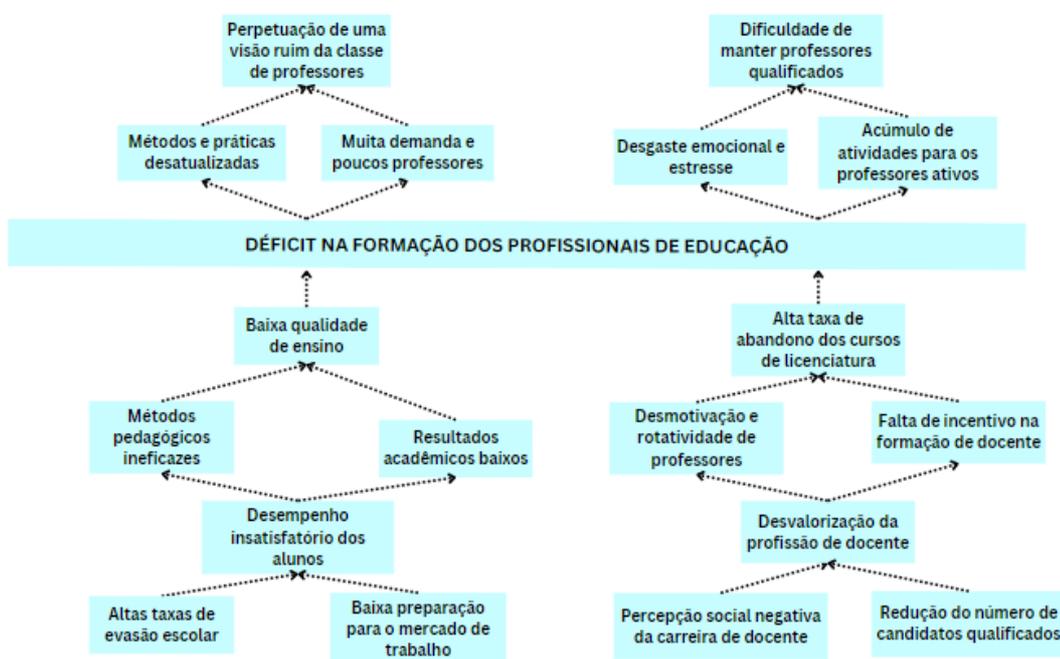


Figura 8: Árvore de problemas sobre o déficit na formação de profissionais da educação.

Fonte: Elaboração própria.

Após a análise do segundo macroproblema, identificamos que a desvalorização do setor educacional é um dos principais fatores que irão impactar para a falta de investimento em um plano de carreira dos profissionais da educação, tendo em vista que esta desvalorização vem tanto do governo, como da nossa sociedade. Além da falta de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento profissional, e quando com caixa, o governo opta por investir em outras pautas, deixando muitas vezes a educação de lado. Dessa maneira se torna ainda mais difícil de investimentos chegarem nos planos de carreiras dos profissionais da educação.

⁵⁵ AGUIAR, Liana. Faltam professores de física e química. UFG, 2008. Disponível em: <https://secom.ufg.br/n/11909-faltam-professores-de-fisica-e-quimica#:~:text=O%20estudo%20mostra%20que%2C%20nos,56.602%20vagas%20para%208.166%20docentes> Acesso em: 19 de maio de 2024.

Consequentemente, gerando desigualdade, onde instituições privadas que possuem dinheiro para investir em planos de carreiras, terão profissionais mais capacitados do que os de ensino público, consequentemente diminuindo o nível da qualidade da educação em nosso país e deixando claro um dos maiores problemas enfrentados no Brasil, que é a desigualdade social.

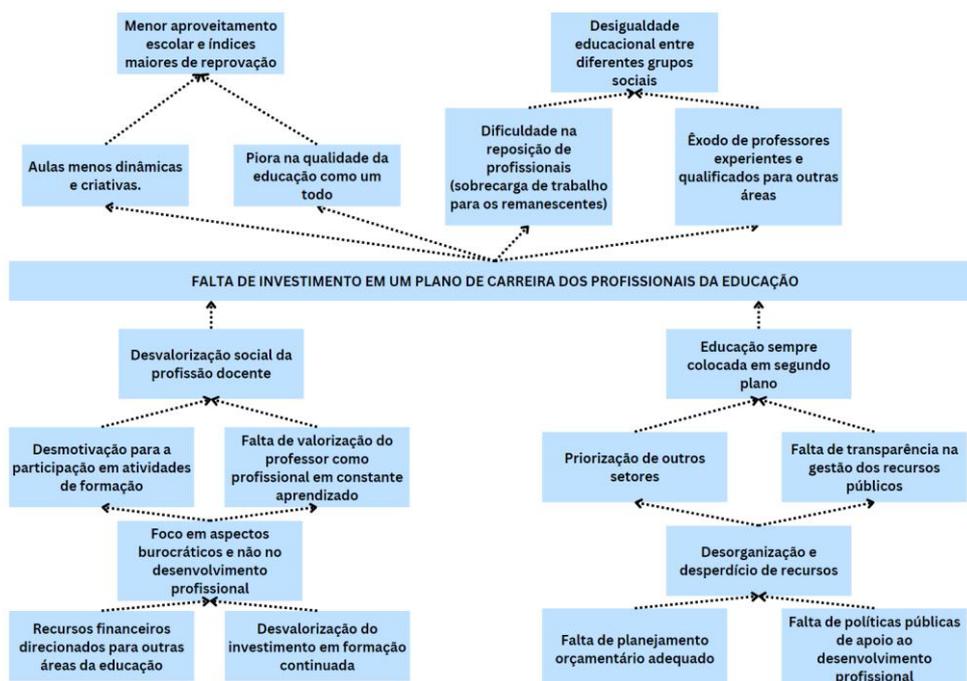


Figura 9: Árvore de problemas sobre a falta de investimento em um plano de carreira dos profissionais da educação.

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, analisando o último macroproblema, o déficit de professores capacitados para lidar com alunos PCD no Rio de Janeiro é um problema grave que surge principalmente da falta de formação continuada em Educação Especial e de políticas públicas inadequadas para a capacitação desses profissionais. Algumas das principais causas contribuintes para esses fatores são os recursos financeiros insuficientes, ocasionando em uma falta de programas e cursos de capacitação, a desmotivação dos professores em participarem de formação continuada, a falta de priorização e compromisso com a educação inclusiva, por parte do governo, e a falta de acessibilidade e materiais específicos e inclusivos nas escolas. As raízes desses fatores são alguns problemas como o orçamento educacional limitado e a má gestão dos recursos, baixos salários, falta de planos de carreira e condições inadequadas de trabalho para os professores, falta de compromisso político com a educação inclusiva e escolas sem investimentos em boa infraestrutura. Como resultado, os alunos PCD não recebem o apoio

necessário e os poucos professores capacitados ficam sobrecarregados, o que gera um baixo desempenho acadêmico desses alunos PCD, aumento de bullying e discriminação, inclusão inadequada nas classes regulares e insatisfação e desmotivação entre professores e alunos. Na pesquisa qualitativa realizada pelos autores, durante as entrevistas realizadas com cinco professores tanto de escola pública quanto de escola particular, a falta de recursos é uma preocupação comum entre os entrevistados, indicando que as escolas enfrentam desafios para proporcionar uma abordagem inclusiva eficaz para alunos PCD. Além disso, a ausência de mediadores e especialistas em educação inclusiva é destacada por vários entrevistados como uma lacuna nas escolas. Há uma disparidade na qualidade do suporte oferecido entre escolas públicas e particulares, com as escolas particulares muitas vezes oferecendo mais recursos e suporte especializado. Conclui-se, portanto, que embora algumas escolas estejam comprometidas com uma abordagem inclusiva, a falta de recursos e apoio institucional pode limitar a eficácia dessas iniciativas. Portanto, os dados coletados reforçam a base da árvore de problemas abaixo.

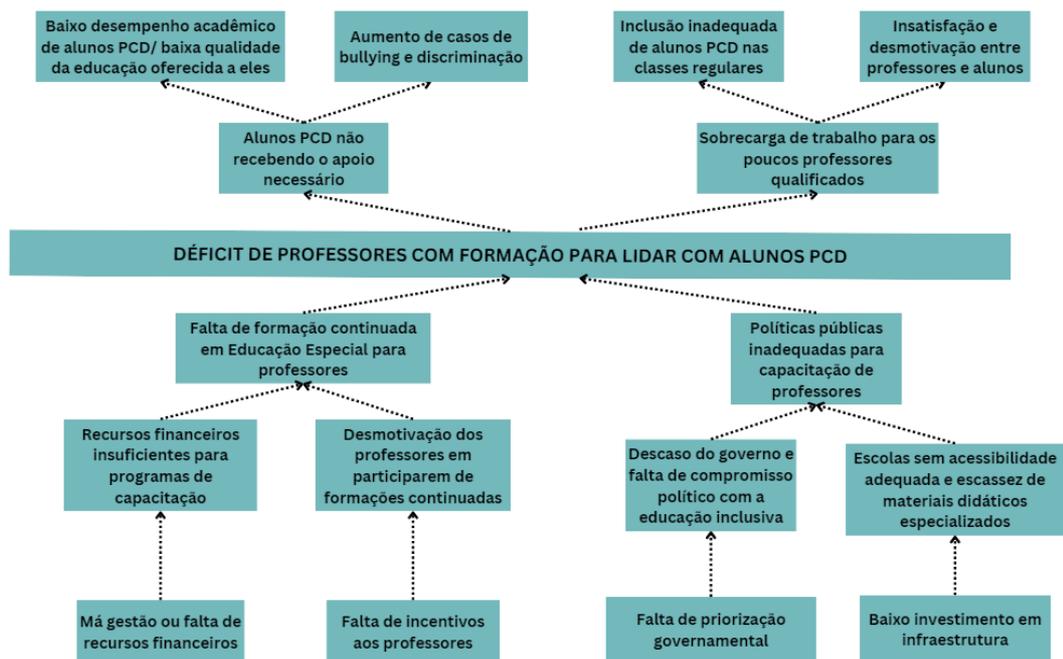


Figura 10: Árvore de problemas sobre o déficit de professores com formação para lidar com alunos PCD.

5. Agenda de Oportunidades

Neste capítulo, serão identificadas oportunidades para os macroproblemas discutidos ao longo do estudo.

5.1 Caminho 1 para o Rio

No contexto da educação na cidade do Rio de Janeiro, o aumento da conscientização a respeito da importância e necessidade da educação inclusiva e de metodologias de ensino mais eficazes pode representar uma oportunidade significativa para o desenvolvimento profissional dos docentes, visto que há um ambiente favorável para a criação e o desenvolvimento de programas e métodos que melhorem a qualidade do ensino e a inclusão de alunos com deficiência.

Capacitar os professores em metodologias ativas, com a participação de pais, alunos e da comunidade escolar, e focadas em educação especial pode levar a melhorias significativas na aprendizagem dos alunos e na qualidade geral da educação na cidade, além de que, oferecer oportunidades de desenvolvimento, com a possibilidade de progressão na carreira baseada no aprendizado profissional contínuo, aumenta a motivação dos professores e a satisfação no trabalho, conseqüentemente aprimorando a qualidade do ensino e tornando a profissão mais atrativa para a sociedade.

Portanto, enxergamos essa questão como uma boa oportunidade a ser aproveitada pela cidade do Rio de Janeiro, visto que essa crescente conscientização sobre educação especial e métodos de ensino mais eficazes e inclusivos trazem esse assunto mais a tona e aumentam o olhar para essa problemática, criando um ambiente para se pensar em diversas soluções, como por exemplo criar metodologias práticas na faculdade de docência voltada para a educação inclusiva, visto que os professores acabam só se deparando com teorias e chegam nas salas de aula sem prática, dificultando ainda mais o processo, logo, enxergando essa oportunidade e buscando métodos para desenvolver soluções, é possível transformar a realidade educacional no Rio de Janeiro, resultando em uma educação mais inclusiva e de alta qualidade.

5.2 Caminho 2 para o Rio

No contexto da educação na cidade do Rio de Janeiro, uma oportunidade interessante para a questão do déficit de formação de profissionais da educação seria enfrentar o preconceito contra a profissão de docente. Um dos pensadores convidados enfatizou a necessidade de um esforço conjunto na criação de uma narrativa positiva e respeitosa sobre o papel vital dos professores na sociedade, enfatizando sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Esta mudança cultural pode ser impulsionada através de iniciativas como a inclusão da educação e do trabalho docente nas agendas de políticas públicas, o apoio a programas de mídia que destacam histórias inspiradoras de professores, e a promoção de diálogos públicos sobre a importância da educação.

Ao elevar o status da profissão de docente e incentivar um maior respeito e reconhecimento social, essa oportunidade pode atrair mais indivíduos para a carreira docente e motivar os atuais educadores a buscarem continuamente seu desenvolvimento profissional. Nesse sentido, ao explorar tal oportunidade, seria possível acompanhar países desenvolvidos quanto a diversos fatores em relação a essa profissão, como reajuste salarial e maior status social, sendo possível vislumbrar uma mudança em todas as problemáticas trabalhadas ao longo deste estudo em longo prazo.

5.3 Caminho 3 para o Rio

No contexto da educação na cidade do Rio de Janeiro, a falta de oportunidades de investimentos em professores e sua subvalorização têm sido questões persistentes e preocupantes. Esses profissionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento educacional e social da sociedade, no entanto, enfrentam diversos desafios que comprometem sua valorização e qualificação.

Toda a ausência de investimentos começa nas escolas, com um grave problema em suas infraestruturas que muitas vezes não está adequada para oferecer um ambiente de aprendizado eficaz. A falta de recursos materiais, como livros didáticos atualizados, laboratórios equipados e tecnologia educacional e cursos ou treinamentos para suas valorizações e qualificações no mercado, principalmente treinamentos que ajude na inclusão da educação PCDs e PEAs. Logo, essa ausência limita as possibilidades de inovação pedagógica e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Um outro fator que contribui nessa falta de oportunidade, seria a falta de reconhecimento salarial e condições de trabalho dignas também contribuem para a desvalorização da

profissão. Muitos professores enfrentam jornadas extenuantes, salários defasados e condições de trabalho precárias, o que afeta não apenas seu bem-estar pessoal, mas também sua motivação e comprometimento profissional. A consequência direta disso é a dificuldade em atrair e reter talentos qualificados na área da educação.

Logo, com sérios problemas na Infraestruturas de escolas e falta de reconhecimento salarial, a falta de oportunidades em investimentos impacta diretamente na qualidade do ensino oferecido. Muitos professores não têm acesso a programas de atualização pedagógica, tecnológica e metodológica que são essenciais para acompanhar as demandas contemporâneas da educação. Isso resulta em uma defasagem entre as habilidades necessárias para um ensino eficaz e as competências reais dos educadores.

A valorização e qualificação dos professores não são apenas uma questão de justiça social, mas também um investimento estratégico para o futuro educacional e econômico do Rio de Janeiro. Através de um compromisso contínuo com a educação de qualidade e o respeito aos profissionais que a tornam possível, podemos construir uma sociedade mais justa, equitativa e próspera para todos.